

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
2º TRIMESTRE 2022
ATIVO (R\$)

	30/06/2022	31/12/2021	Nota
ATIVO CIRCULANTE	86.712.609	75.567.487	
Disponível	63.983.402	56.732.574	
Conta Vinculada	63.983.402	56.732.574	(3)
Direitos Realizáveis	22.729.207	18.834.913	
Adiantamentos Concedidos	3.064.843	742.722	(4a)
Permissões p/uso de pátios a receber	2.872.702	2.144.892	(6a)
Créditos tributários e previdenciários a compensar	1.667.681	1.773.615	(4b)
Outros Créditos a Receber	27.506.802	26.556.505	(4c)
Ajuste p/ Perda Demais Créditos	(12.382.821)	(12.382.821)	(4c)
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.635.253.043	4.340.781.082	
Realizável a Longo Prazo	140.922.084	131.118.510	
Depósitos de Cauções	429.203	257.472	(5a)
Depósitos Judiciais	88.848.858	89.713.629	(5b)
Permissões p/uso de pátios a receber	51.613.627	41.112.262	(6b)
Valores a Receber (Assist. Médica- Geipot)	30.396	35.147	(5c)
Investimentos	908.720.053	921.851.397	(7)
Participação Societária - MEP	908.693.775	921.825.119	(7b)
Participação Societária - CUSTO	26.278	26.278	(7a)
Imobilizado	3.583.766.138	3.284.926.863	(8)
Terrenos	412.471.934	407.966.196	
Geral	8.039.605	9.498.275	
Bens Imóveis	2.196.421	2.361.441	
Bens Móveis	39.311.120	38.761.200	
(Depreciações Acumuladas -Bens Imóveis)	(2.037.766)	(2.160.227)	
(Depreciações Acumuladas -Bens Móveis)	(31.395.197)	(29.429.165)	
(Redução ao Valor Recuperável - Bens Móveis)	(34.974)	(34.974)	
FIOL - Ferrovia de Integração Oeste Leste	2.940.544.976	2.674.948.289	
Implantação de Ferrovias - FIOI	2.245.534.867	2.134.403.275	
Estudos e Projetos - FIOI	929.968	640.741	
Impl. De Ferrovias - Investimento Cruzado - FIOI	412.707.985	258.532.118	
Ativos de Concessão Imóveis - FIOI I	3.498.893.434	3.498.893.434	
(Redução ao Valor Recuperável -FIOI I)	(3.217.521.279)	(3.217.521.279)	
Outros	209.978.524	170.842.803	
Implantação de Ferrovias - FICO	2.106.194	504.021	
Impl. De Ferrovias - Investimento Cruzado - FICO	42.905.194	5.398.692	
Estudos e Projetos - Outros	157.314.016	157.106.125	
Ativo de Concessão Imóveis - Pátios	9.009.461	9.009.461	
(Depreciações Acumuladas - Pátios)	(1.356.341)	(1.175.496)	
Direito de Uso	12.731.099	21.671.300	(15)
Direito de Uso de Imóveis	13.955.607	57.207.327	
(Depreciação Acumulada - Direito de Uso)	(1.224.508)	(35.536.027)	
Intangível	1.844.769	2.884.312	(9)
Direito de uso de Comunicação	139.790	139.790	
Software	11.731.207	11.731.207	
(Amortizações Acumuladas)	(10.026.229)	(8.986.685)	
TOTAL DO ATIVO	4.721.965.653	4.416.348.569	

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias)

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
2º TRIMESTRE 2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$)

	30/06/2022	31/12/2021	Nota
PASSIVO CIRCULANTE	108.383.576	110.847.282	
Fornecedores	669.059	35.830	(10a)
13º salário e férias c/encargos a pagar	14.893.454	11.475.065	(10b)
Salários a pagar	6.250.033	5.677.443	
Encargos a pagar	298.389	2.904.078	
Tributos retidos a recolher	331.103	295.239	
Receita a diferir - Subconcessão FIOF	2.182.000	2.182.000	(13b)
Receita a diferir - Pátios e Terminais	3.395.129	3.031.892	(13a)
Retenções s/ salários a pagar	664.967	647.148	
Precatórios de Terceiros	709.295	679.957	(12a)
Provisões para Contingências Judiciais	75.769.622	79.197.230	(11b)
Passivo de Arrendamento Líquido de Juros a Transcorrer	3.220.525	4.721.400	(15)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.417.051.766	2.267.619.862	
Fornecedores	3.077.451	3.077.451	
Depósitos retidos sobre fornecedores	27.162.101	27.082.990	(11a)
Provisões para Contingências Judiciais	1.848.033.435	1.892.365.689	(11b)
Depósitos de Cauções	429.203	257.472	(5a)
Precatórios de Terceiros	126.654	121.593	(12b)
Receita a diferir - Subconcessão FIOF	28.911.500	30.002.500	(13b)
Receita a diferir - Pátios e Terminais	40.149.624	33.331.210	(13a)
Passivo - Investimento Cruzado	458.426.716	264.431.057	(14)
Passivo de Arrendamento Líquido de Juros a Transcorrer	10.735.082	16.949.900	(15)
TOTAL DO PASSIVO	2.525.435.342	2.378.467.144	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.196.530.311	2.037.881.425	
Capital Social	23.517.549.307	22.233.502.272	(16a)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	130.412.142	1.288.641.343	(16b)
Prejuízos Acumulados	(21.451.431.138)	(21.484.262.190)	(16c)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.721.965.653	4.416.348.569	

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias)

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 2º TRIMESTRE 2022
 Em R\$ 1

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	Nota
RECEITAS					
Receita de Exploração da Ferrovia	2.636	16.538	105.062	110.877	
Receita com Subconcessão FIOF	545.500	1.091.000	-	-	
Permissão para uso de pátios	956.942	2.141.455	571.887	1.196.191	
(-) Deduções de Receita	(50.958)	(143.661)	(54.567)	(163.240)	
RECEITAS LÍQUIDAS	1.454.119	3.105.332	622.382	1.143.828	(17)
DESPESAS OPERACIONAIS	(43.012.166)	(80.263.139)	(42.019.922)	(80.709.895)	
Pessoal	(34.392.563)	(61.878.370)	(29.243.950)	(58.062.048)	(18a)
Remuneração dos Administradores	(383.185)	(774.190)	(404.038)	(811.318)	
Depreciação e Amortização	(1.855.813)	(4.003.488)	(2.441.205)	(5.585.451)	
Gerais e Administrativas	(5.260.534)	(12.359.948)	(9.498.708)	(15.710.406)	(18b)
Diárias, Passagens e Despesas de Locomoção	(223.125)	(333.409)	(105.782)	(214.433)	
Transferência Voluntária	(896.946)	(913.733)	(326.239)	(326.239)	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	37.584.654	31.961.201	(31.302.307)	(58.833.493)	(19)
Provisão/Reversão para Contingências	44.304.375	44.304.375	(21.165.378)	(45.591.521)	
Outras receitas	6.848.529	7.194.385	2.366.469	3.081.262	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7.367.222)	(13.131.344)	(12.503.398)	(16.277.330)	
Baixa de Ativos - Imobilizado e Intangível	(6.075.789)	(6.075.789)	-	(45.904)	
Baixa de Ativos - Tributos a	(125.239)	(330.425)	-	-	
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(3.973.392)	(45.196.604)	(72.699.847)	(138.399.560)	
	-				
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	1.433.072	3.032.449	2.359.195	3.461.839	
Receita Financeira	1.869.636	3.609.081	2.359.195	3.461.839	(20)
Despesa Financeira	(436.564)	(576.632)	-	-	
	-				
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOIRO	(2.540.320)	(42.164.155)	(70.340.652)	(134.937.721)	
SUBVENÇÕES DO TESOIRO NACIONAL	37.491.927	74.995.207	39.758.520	75.841.189	
Repasse de Custeio/Pessoal	37.491.927	74.995.207	39.758.520	75.841.189	(21)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/LUCRO	34.951.607	32.831.052	(30.582.133)	(59.096.533)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	34.951.607	32.831.052	(30.582.133)	(59.096.533)	
Lucro/Prejuízo por ação (em reais)	4,32	4,06	(3,78)	(7,30)	

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias)

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
2º TRIMESTRE 2022
Em R\$ 1

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 31/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
Lucro/Prejuízo Líquido do Período	34.951.607	32.831.052	(30.582.133)	(59.096.533)
Resultado Líquido Abrangente do Período	34.951.607	32.831.052	(30.582.133)	(59.096.533)

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias)

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 2º TRIMESTRE 2022
 Em R\$ 1

Classificação	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	22.233.502.272	903.489.907	(20.254.287.649)	2.882.704.530
Resultado Líquido do Período	-	-	(59.096.532)	(59.096.532)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	167.934.090	-	167.934.090
Saldo em 30 de junho de 2021	22.233.502.272	1.071.423.997	(20.313.384.181)	2.991.542.089

Classificação	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	22.233.502.272	1.288.641.343	(21.484.262.190)	2.037.881.425
Resultado Líquido do Período	-	-	32.831.052	32.831.052
Integralização do AFAC	1.284.047.035	(1.284.047.035)	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	125.817.833	-	125.817.833
Saldo em 30 de junho de 2022	23.517.549.307	130.412.142	(21.451.431.138)	2.196.530.311

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias)

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
2º TRIMESTRE 2022
Em R\$ 1

01/01/2022
a 30/06/2022

01/01/2021
a 30/06/2021

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Resultado do Exercício	32.831.052	(59.096.532)
Ajustes do resultado do período	(107.690.983)	(9.877.333)
Depreciação e Amortização	4.003.488	5.585.451
Resultado na Baixa de Ativos Imobilizados / Intangíveis	6.075.789	45.904
Atualização Monetária Ativa	(3.411.660)	(3.372.510)
Despesas Líquidas de Provisões para Contingências	(47.759.862)	45.591.521
Provisão p/ 13º Salário, Férias e Encargos	3.418.389	3.036.979
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.131.344	16.277.330
Prescrição do crédito previdenciário	330.424	-
Receitas reconhecidas pelo diferimento de contratos	(2.857.900)	(1.196.191)
Ajuste na contabilização dos contratos de arrendamento	(5.625.788)	-
Baixa de depósito retido de fornecedores	-	(4.628)
Subvenção do Tesouro Nacional - repasse para custeio/pessoal	(74.995.207)	(75.841.189)
Resultado do Exercício Ajustado	(74.859.931)	(68.973.865)
Aumento ou Redução nos Ativos e Passivos Operacionais	191.187.519	(1.316.793)
Redução (Aumento) de Direitos Realizáveis Curto Prazo	(4.224.719)	(1.655.984)
Redução (Aumento) de Direitos Realizáveis a Longo Prazo	(6.220.183)	1.490.174
Aumento (Redução) de Fornecedores	633.230	-
Aumento (Redução) de Depósito retido de fornecedores	-	(1.150.983)
Aumento (Redução) de Contas a Pagar	200.999.191	-
= Caixa Líquido Gerado ou Consumido nas atividades operacionais	116.327.588	(70.290.658)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Aquisição de Imobilizado/Intangível	(309.968.911)	(150.885.356)
Aumento (Redução) de passivo do Imobilizado/Intangível	79.111	5.964.272
= Disponib. líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de investimentos	(309.889.800)	(144.921.084)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Créditos Recebidos da União - AFAC	125.817.833	167.934.090
Subvenção do Tesouro Nacional - repasse para custeio/pessoal	74.995.207	75.841.189
= Disponib. líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	200.813.040	243.775.279
Aumento (redução) das disponibilidades	7.250.828	28.563.547
Disponibilidades no início do período	56.732.574	32.350.978
Disponibilidades no final do período	63.983.402	60.914.526

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias)

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)
2º TRIMESTRE 2022
Em R\$

	01/01/2022 a 30/06/2022	01/01/2021 a 30/06/2021
I. RECEITAS	78.244.200	77.148.257
Receitas de Exploração da Ferrovia	16.538	110.877
Permissões para uso de pátios	2.141.455	1.196.191
Receita com Subconcessão FIOLE	1.091.000	-
Repases Recebidos (subvenções p/ custeio)	74.995.207	75.841.189
II. INSUMOS	(34.764.962)	50.152.334
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e	(34.764.962)	50.152.334
III. VALOR ADICIONADO BRUTO (I - II)	113.009.162	26.995.923
IV. RETENÇÕES	4.003.488	5.585.451
Depreciação e Amortização	3.228.979	3.242.179
Depreciação de Direito de Uso	774.508	2.343.272
V. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA	109.005.674	21.410.471
VI. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM	(10.435.996)	(12.775.881)
Receitas Financeiras	3.609.081	3.461.839
Doações	-	365.849
Repasse Concedido	(913.733)	(326.239)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(13.131.344)	(16.277.330)
VII. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (V + VI)	98.569.678	8.634.590
VIII. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	98.569.678	8.634.590
VIII. 1 PESSOAL	53.350.897	55.943.337
Remuneração Direta	42.322.101	47.360.793
Benefícios	7.152.241	5.387.262
FGTS	3.876.554	3.195.283
VIII. 2 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	9.656.357	11.168.634
Federais	9.639.082	11.142.398
Estaduais	-	-
Municipais	17.275	26.236
VIII. 3 REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	2.731.372	619.150
Juros e Atualizações Monetárias	576.632	-
Locação de Máquinas e Equipamentos	2.154.740	619.150
VIII.4 REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	32.831.052	(59.096.532)
Resultado do Período	32.831.052	(59.096.532)

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO FINDO
EM 30 DE JUNHO DE 2022**

- Em R\$ 1, exceto quando indicado –

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa

A VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é uma empresa pública federal dependente vinculada ao Ministério da Infraestrutura, com sede em Brasília-DF, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com 8.090.009 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo a União detentora de 100% das ações.

A função social da VALEC é a construção e exploração de infraestrutura ferroviária e suas competências estão previstas no Art. 8º da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

Como empresa pública federal dependente, a VALEC recebe recursos financeiros da União para pagamentos de despesas com pessoal e custeio por meio de subvenções do Tesouro Nacional e, para fomentar os gastos com investimentos nas construções das ferrovias, recebe recursos por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC que, posteriormente, são integralizados ao Capital Social.

Os atos de gestão da VALEC são acompanhados pelos órgãos de governança do poder executivo – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e Secretaria do Tesouro Nacional - STN e fiscalizados pelos Órgãos de controle interno – Controladoria-Geral da União - CGU e externo – Tribunal de Contas da União - TCU.

Continuidade Operacional

A VALEC é uma empresa pública controlada pela União (única acionista), reestruturada pela Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, considerada dependente nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a qual define como estatal dependente a “*empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária*”.

Nesse contexto, a VALEC segue as políticas públicas traçadas pelo Ministérios da Infraestrutura e seu planejamento financeiro de longo prazo é vinculado ao planejamento orçamentário, por meio do Plano Plurianual de 2020 – 2023, aprovados nos termos da Lei 13.971, de 13 de dezembro de 2019.

Em 30/06/2022 o Passivo Circulante excedeu o seu Ativo Circulante em R\$ 21,67 milhões:

Descrição	
Ativo Circulante	63.983.402
Passivo Circulante	108.383.576
Excedente (AC – PC)	(21.670.966)

Essa situação foi influenciada, principalmente, pelas provisões de riscos judiciais no valor de R\$ 75,76 milhões que representam 70% do passivo circulante da empresa, conforme descrito na Nota 11b – Provisões para Contingências de Ações Judiciais.

No entanto, a legislação prevê a possibilidade de suplementação orçamentária, caso os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual não sejam suficientes. O embasamento para essa suplementação está ancorado nos arts. 40 a 46 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (créditos orçamentários); no art. 4º da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 e no art. 9º da Portaria SOF/ME nº 1.110, de 9 de fevereiro de 2022.

A VALEC busca ser referência não só na construção e exploração das ferrovias que lhes foram outorgadas, mas também na prestação dos mais diversos serviços e soluções tecnológicas para o sistema ferroviário nacional, estruturando parcerias e ativos, além da pesquisa e inovação. Objetiva a captação de fontes alternativas de receitas, incentivando ações para identificação de oportunidades de negócios nacionais e internacionais, além do estreitamento institucional com o mercado privado e público de infraestrutura ferroviária.

Na área de desapropriações o planejamento traz como metas: lançar em definitivo o sistema “VALEC Territorial”, onde estarão consolidados os mapas e painéis referentes à Desapropriação e Gestão da Faixa de Domínio; apresentar proposta para leilão público dos imóveis (terrenos) remanescentes; concluir os procedimentos administrativos necessários para a escrituração, registro ou ajuizamento dos processos expropriatórios; e continuação das atividades de levantamento com o uso de Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAS) para geração de Ortofoto de Modelo Digital de Elevação (MDE).

Em 24 de maio de 2022, foi assinado o Decreto nº 11.081/2022, que autoriza a incorporação da Empresa de Planejamento e Logística – EPL pela VALEC. A VALEC em conjunto com a EPL e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional adotarão providências necessárias à incorporação autorizada.

Como unidade executora de políticas públicas de desenvolvimento da infraestrutura ferroviária nacional, muitos projetos deverão ser direcionados para atuação da VALEC, tendo em vista as oportunidades geradas pela possibilidade de renovação antecipada das concessões ferroviárias, a devolução e relicitação de trechos ferroviários previstos pela Lei nº 13.448/2017 e a possibilidade de aprovação do PLS 261/2018, que trata das autorizações ferroviárias privadas.

Incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A

Em 24 de maio de 2022, foi autorizada, por meio do Decreto 11.081/2022, a incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL pela VALEC. As providências necessárias à efetivação da referida incorporação estão sendo adotadas pelos administradores da EPL e da VALEC. A Assembleia Geral Extraordinária que analisará a matéria está prevista para 30 de setembro de 2022.

Projetos e Atividades Operacionais

A VALEC atua como principal catalisador do modo ferroviário nacional, responsável por projetos em grande parte do País, como a construção da Ferrovia Norte-Sul e da Ferrovia de Integração Leste-Oeste, além de projetos como: Corredor Ferroviário de Santa Catarina – EF 280, Ferrovia do Pantanal – EF 267 e Ferrovia Integração Centro-Oeste – EF 354.

I - FERROVIA NORTE-SUL - FNS – EF 151

Constitui como eixo estruturador do Sistema Ferroviário Nacional: estabelecendo alternativas mais econômicas para os fluxos de carga para o mercado consumidor; induzindo a ocupação econômica do cerrado brasileiro; favorecendo a multimodalidade de transportes; conectando a malha ferroviária brasileira; promovendo uma logística exportadora competitiva, de modo a possibilitar o acesso a portos de grande capacidade; incentivando investimentos, que irão incrementar a produção, induzir processos produtivos modernos e promover a industrialização.

A outorga estabelecendo o direito de construção, uso e gozo da FNS EF – 151 se deu inicialmente por meio do Decreto nº 94.813, de 01º de setembro de 1987, posteriormente alterado pelas Leis nº 11.297, de 09 de maio de 2006, e nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

Em virtude de sua extensão e da disponibilidade orçamentária, a construção da FNS foi realizada em etapas que constituem os seguintes trechos/tramos: Tramo Norte (Açailândia/MA – Porto Nacional/TO); Tramo Central: (Porto Nacional/TO – Uruaçu/GO); Tramo Sul (Uruaçu/GO - Anápolis/GO); e Extensão Sul (Ouro Verde/GO – Estrela d’Oeste/SP).

O Trecho Norte possui 720 km de extensão e encontra-se subconcedido à Ferrovia Norte Sul S.A desde dezembro de 2007, pelo prazo contratual de 30 anos. Esse trecho teve sua autorização para tráfego em 19 de janeiro de 2011, por meio da Resolução nº 3624/2011 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Com um total de 1.537 km, o trecho que compreende Porto Nacional/TO a Estrela d’Oeste/SP (Tramos Central, Sul e Extensão Sul) foi leiloado para Subconcessão em 28 de março de 2019. Em 30 de abril de 2019, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT homologou o resultado do leilão, no qual consagrou-se vencedora a empresa Rumo Malha Central S.A e o contrato foi assinado em 31 de julho de 2019, por intermédio da ANTT, tendo como Concessionária e Interveniente Subconcedente a VALEC. O contrato de subconcessão tem por objeto a prestação do

serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária situada entre Porto Nacional/TO e Estrela d'Oeste/SP, com vigência de 30 (trinta) anos.

Os contratos de subconcessão da Ferrovia Norte-Sul e seus reflexos contábeis estão divulgados nas Notas 8.

II - FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE LESTE - FIOLE – EF 334

Com aproximadamente 1.527 km de extensão, ligará o futuro Porto de Ilhéus/BA a Figueirópolis/TO, ponto em que se conectará com a Ferrovia Norte Sul.

A construção da FIOLE tem como objetivos: estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de carga de longa distância; favorecer a multimodalidade de transportes; interligar a malha ferroviária brasileira; propor nova alternativa logística para o escoamento da produção agrícola e de mineração por meio do terminal portuário de Ilhéus/BA; e incentivar investimentos a fim de incrementar a produção e induzir processos produtivos modernos.

Devido à sua extensão e disponibilidade orçamentária, a FIOLE está sendo construída em etapas e constituem os seguintes trechos: FIOLE I (Ilhéus/BA – Caetité/BA); FIOLE II (Caetité/BA – Barreiras/BA) e FIOLE III (Barreiras/BA – Figueirópolis/TO).

Em 08 de abril de 2021, ocorreu o Leilão para subconcessão do trecho ferroviário entre os municípios de Ilhéus/BA a Caetité/BA (FIOLE I), com 537 km de extensão. A subconcessão terá duração de 35 anos, conforme o Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020. O objeto da contratação é a Subconcessão da construção e da prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA.

III - ESTUDOS E PROJETOS

Conforme inciso III do art. 9º da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, compete à empresa, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Infraestrutura, desenvolver estudos e projetos de obras de infraestrutura ferroviária. Os Estudos e Projetos compreendem os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, o Projeto Básico – PB e o Projeto Executivo - PE.

a) Ferrovia de Integração Oeste Leste – FIOLE - EF-334

Os estudos de Viabilidade foram concluídos em 2008, Projeto Básico em 2011 e o Executivo em 2013, do trecho que compreende Ilhéus/BA a Figueirópolis/TO, subdivididos em trecho denominados FIOLE I, II e III. O planejamento dessa ligação visa estabelecer uma alternativa mais econômica para os fluxos de cargas de longa distância potencialmente transportáveis pelo modal ferroviário, a exemplo das cargas de baixo valor agregado, como minérios e granéis sólidos produzidos ao longo da região de influência da ferrovia. Além de contribuir para indução do desenvolvimento regional, quando concluída, a FIOLE propiciará melhor equilíbrio da matriz de transportes, reduzindo a dependência do modal rodoviário ao criar um corredor logístico mais competitivo.

A FIOLE está em construção no trecho denominado FIOLE II, com 485km, totalizando 1.022km de extensão. Os projetos executivos desse trecho são acompanhados e revisados *pari passu* pelas equipes e responsáveis do projeto e orçamento da empresa.

Com 531 km de extensão, o trecho denominado de FIOLE III, encontra-se com o EVTEA, Projeto Básico e Projeto Executivo concluídos, passíveis de revisões. Ao conectar-se com a FNS em Figueirópolis/TO, a FIOLE formará importante corredor logístico de transporte, ampliando as possibilidades de escoamento da produção econômica do país.

b) Ferrovia Transcontinental e Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO) – EF 354

A outorga à VALEC, estabelecendo o direito de construção, uso e gozo da EF – 354, se deu por meio da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, sendo incluída no Plano Nacional de Viação com 4.800 km de extensão em solo brasileiro, entre o Porto do Açu, no litoral do estado do Rio de Janeiro e a localidade de Boqueirão da Esperança/AC, na fronteira Brasil-Peru, como parte da ligação entre os oceanos Atlântico, no Brasil, e Pacífico, no Peru, o qual é denominado Ferrovia Transcontinental.

O trecho da Ferrovia Transcontinental compreendido entre Mara Rosa/GO e Vilhena/RO, com extensão aproximada de 1.720 km, é denominada Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), objeto de estudo nos últimos anos por esta companhia e com recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, da ordem de R\$ 130 milhões.

Dentre as principais funções da FICO, está a de estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de cargas de longa distância potencialmente transportáveis pelo modal ferroviário, a exemplo das cargas de baixo valor agregado como minérios e granéis sólidos produzidos ao longo da região de influência da ferrovia. Visa ainda reduzir a dependência do modal rodoviário, incentivando a multimodalidade e melhorando a logística de transporte, tanto para o escoamento da produção ao mercado consumidor quanto para importação de insumos, interligando a malha ferroviária brasileira aos principais portos de grande capacidade.

Isso proporcionará a redução dos valores de frete e, conseqüentemente, a dos custos de comercialização no mercado interno, com acentuado reflexo também na exportação, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros, gerando melhoria no desempenho econômico de toda a malha ferroviária.

A FICO foi subdividida nos seguintes trechos: Mara Rosa/GO – Água Boa/MT; Água Boa/MT – Lucas do Rio Verde/MT; Lucas do Rio Verde/MT – Vilhena/RO; Vilhena/RO – Porto Velho/RO e Porto Velho/RO – Boqueirão/AC.

b.1) Mara Rosa/GO - Água Boa/MT - Lucas do Rio Verde/MT

Com 888km de extensão, sendo o primeiro trecho de 383km entre Mara Rosa/GO a Água Boa/MT e o segundo trecho, de 507 km, de Água Boa/MT a Lucas do Rio Verde/MT. Esse trecho possui EVTEA e Projeto Básico concluídos.

b.2) Lucas do Rio Verde/MT – Vilhena/RO

Com 646 km de extensão, o empreendimento encontra-se com EVTEA concluído desde 2014 e com anteprojeto em andamento.

b.3) Vilhena/RO a Porto Velho/RO

Com 770 km de extensão, o empreendimento ligará a ferrovia a partir da cidade Vilhena/RO até a Hidrovia do Rio Madeira, em Porto Velho/RO, além de estabelecer um importante corredor logístico intermodal aos portos de Itacoatiara/AM e Santarém/PA. Atualmente o trecho encontra-se na elaboração do EVTEA.

b.4) Porto Velho/RO a Boqueirão/AC

O Trecho da FICO entre Porto Velho/RO e Boqueirão/AC ainda não possui estudos de viabilidade em desenvolvimento.

c) Corredor Ferroviário de Santa Catarina – EF 280

Contratado em 2014, a elaboração do EVTEA e do Projeto Básico da EF -280 está em curso e visa ligar a EF-451 - Ferrovia Litorânea, no município de Itajaí/SC, ao extremo oeste do estado, no município de Dionísio Cerqueira/SC. A ligação ferroviária insere-se no contexto do planejamento logístico do estado de Santa Catarina, com relevância também para distribuição de cargas a nível nacional ao integrar a malha ferroviária do país.

Por interconectar-se com projetos previstos, como a Ferrovia Litorânea e a extensão prevista da Ferrovia Norte-Sul - FNS em direção ao sul do país, o Corredor Ferroviário favorece o fluxo de cargas de oeste a leste no estado de Santa Catarina, com possibilidade de remeter ou buscar cargas ao norte ou ao sul do Brasil, através do compartilhamento de malhas com a FNS e a interconexão com a Ferrovia Tronco Principal Sul (EF-116). O projeto, ainda, interliga-se logisticamente aos cinco portos existentes em Santa Catarina, através da conexão prevista com a Ferrovia Litorânea.

O início deste estudo teve embasamento no Ofício nº 621/2012/SE/MT de 29 de outubro de 2012, o qual define que o EVTEA seria realizado pela VALEC. Ressalta-se que esse estudo foi finalizado em 2020.

d) Ferrovia do Pantanal – EF 267

Com aproximadamente 734km, a EF- 267 foi outorgada à VALEC estabelecendo o direito de construção, uso e gozo por meio da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008. Esta ferrovia fará a conexão da FNS no município de Panorama/SP até Porto Murtinho/MS às margens do Rio Paraguai, no sul do Pantanal mato-grossense, atendendo

uma área de alta densidade de produção agrícola e possibilitando o acesso logístico a vários portos do país ao se conectar com malha paulista e com a Ferrovia Norte e Sul. Dentre as demandas para essa ferrovia destacam-se também as cargas no sentido importação (mar – continente), como fertilizantes e cargas gerais, além das cargas para consumo interno. O EVTEA desse trecho, contratado pela VALEC, foi finalizado em maio 2012, consumindo recursos da ordem de R\$ 5,5 milhões.

e) Ramais da Ferrovia Norte Sul - FNS

Os ramais da Ferrovia Norte Sul compreendem: Açailândia/MA – Barcarena/PA; Porto Franco/MA-Balsas/MA; Goiânia/GO – Brasília/DF; Quirinópolis/GO – Itumbiara/GO; Estrela d’Oeste/SP – Panorama/SP; Panorama/SP – Chapecó/SC; Chapecó/SC - Rio Grande/RS.

Em 2012 foram finalizados os EVTEA dos trechos de Açailândia/MA a Barcarena/PA (Termo de Referência 19/2010), com 477Km, de Goiânia/GO a Brasília/DF (Termo de Referência 017/2010), com 212km e de Quirinópolis/GO a Itumbiara/GO (Termo de referência 17/2010), com 203km.

Em 2014, para atender à crescente demanda por transporte de cargas, a VALEC concluiu os EVTEA para mais três trechos da ferrovia: entre Estrela d’Oeste/SP a Panorama/SP (Termo de referência 18/2010), com 264km; entre Panorama/SP e Chapecó/SC (Termo de Referência 006/2011 e 003/2012), com 950km; e entre Chapecó/SC e Rio Grande/RS (Termo de Referência 006/2011), com 833km.

Em 2019, foi concluído o Anteprojeto do Trecho Porto Franco/MA-Balsas/MA.

IV – INVESTIMENTO CRUZADO

A Lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017 trouxe, como inovação no ordenamento jurídico, a possibilidade de realização de investimentos em malhas ferroviárias distintas como contrapartida às prorrogações de contratos de concessão. A lei estabelece que o órgão ou a entidade competente é autorizada a promover alterações nos contratos de parceria no setor ferroviário a fim de solucionar questões operacionais e logísticas, inclusive por meio de prorrogações ou relicitações da totalidade ou de parte dos empreendimentos contratados.

Permite, ainda, ao órgão ou a entidade competente, de comum acordo com os contratados, buscar soluções para todo o sistema e adotar medidas diferenciadas por contrato ou por trecho ferroviário que considerem a reconfiguração de malhas, admitida a previsão de investimentos pelos contratados em malha própria ou naquelas de interesse da administração pública.

Esse dispositivo passou a ser chamado de ‘Investimento Cruzado’, pelo qual é possibilitada a ampliação da malha e da capacidade do subsistema ferroviário, sem que haja uma obrigação direta da União em aportar recursos.

Fundamentado na Lei nº 13.448/2017, o Terceiro Termo Aditivo ao contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas, concedida à VALE S/A, prevê a renovação antecipada de outorga e descreve, no Anexo 9, termos que disciplinam as condições de realização das Obrigações de Investimento assumidas pela Concessionária em projetos de titularidade da VALEC conforme a Lei nº 11.772/2008, envolvendo:

- i. A implantação da infraestrutura e superestrutura ferroviária de Trecho da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), EF-354, compreendido entre os municípios de Água Boa/MT e Mara Rosa/GO;
- ii. A aquisição de Trilhos e Dormentes a serem incorporados no Projeto de Infraestrutura da Ferrovia Integração Oeste Leste (FIOL), EF – 334; e
- iii. Enquadramento do projeto FICO e FIOL no Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

No âmbito do Anexo 9 do Terceiro Termo Aditivo, assinado em 18 de dezembro de 2020, a VALEC, na figura de Interveniente Anuente e titular dos Projetos de Infraestrutura da FICO e da FIOL, comprometeu-se a requerer os enquadramentos dos Projetos junto ao Ministério da Infraestrutura, bem como as suas habilitações no regime do REIDI, regulado pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A habilitação da VALEC no regime do REIDI para os Projetos FICO e FIOI foi realizada em 21 de junho de 2021, por meio dos Atos Declaratórios nº 107 e 108 da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial da União em 24 de junho de 2021.

A VALEC comprometeu-se, ainda, a participar dos contratos, aditivos contratuais e demais documentos competentes previstos na legislação do REIDI, inclusive na posição de destinatária das obras de infraestrutura, dos trilhos e dormentes, com o fim único e exclusivo de expressar nesses instrumentos a sua concordância com a aquisição das obras de infraestrutura pelo Projeto de Infraestrutura da FICO e dos Trilhos e Dormentes pelo Projeto de Infraestrutura da FIOI elegíveis ao REIDI e de restar como beneficiária das garantias contratuais perante os fornecedores dos Trilhos e Dormentes.

A título de Investimento Cruzado, até o 2º trimestre de 2022, foram investidos R\$ 412,71 milhões na FIOI e R\$ 45,72 milhões na FICO, conforme detalhado na Nota 8-IV.

V – PERMISSÃO DE USO DE PÁTIOS

A VALEC também explora e fomenta o transporte ferroviário por meio de terminais de armazenamento e transbordo de cargas. Atualmente estão vigentes 17 (dezessete) instrumentos de outorga envolvendo terminais. As localizações das áreas outorgadas estão assim dispostas: 5 (cinco) em Porto Franco/MA, 1 (um) em Palmeirante/TO, 3 (três) em Guaraí/TO, 7 (sete) em Porto Nacional/TO e 1 (um) em Gurupi/TO. Dentre as outorgas estão: Termos de Permissão de Uso, Contratos de Arrendamentos, Contratos de Permissões de Uso e Contratos de Concessões de Uso.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pelo Conselho de Administração em 27 de setembro de 2022.
- b) As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC;
- c) As demonstrações contábeis originam-se de fatos contábeis vinculados ao Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), exceto quando indicado de outra forma, sendo o Real a moeda funcional e de apresentação da VALEC;
- d) A VALEC integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na modalidade total em relação ao orçamento, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e aspectos societários da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e 11.941, de 27 de maio de 2009;
- e) Os registros contábeis da empresa são realizados por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) conforme as normas aplicadas à contabilidade do Setor Público e, posteriormente, são conciliados para atender às normas aplicadas à Contabilidade Societária. A conciliação é realizada “off-book”, por meio de planilhas de Excel e são necessárias devido às diferenças temporais e normativas entre contabilidade pública e societária, conforme divulgado na Nota 24;
- f) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;
- g) Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização e os passivos circulantes e não circulantes, pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização;
- h) O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme Nota 8;

- i) Após análise do valor recuperável pela VALEC referente à Ferrovia Norte Sul já subconcedida pelo período de 30 anos, foi realizado o reconhecimento da provisão de perda ao valor recuperável no ativo imobilizado da empresa, em consonância com o CPC – 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- j) Após o Leilão para Subconcessão do Trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste, denominado FIOL I, foi realizada a análise do valor recuperável de ativos e reconhecida provisão de perda ao valor recuperável no ativo imobilizado da empresa, em consonância com o CPC – 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- k) As demonstrações contábeis de 2019 e 2020 foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária em agosto e outubro de 2021, respectivamente. Assim, os efeitos dos testes de recuperabilidade da Ferrovia Norte e Sul e da Ferrovia de Integração Oeste Leste foram reconhecidos ainda nas demonstrações de 2019 e 2020. No exercício de 2021, foram efetuados novos testes de recuperabilidade e os respectivos efeitos foram reconhecidos nas demonstrações contábeis;
- l) O Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, o qual é reconhecido inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e ajustado pela taxa dos respectivos contratos; e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento, mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos. O referido pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamento e entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019.
- m) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de software, conforme Nota 9, é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação e devem ser mantidas neste grupo até a efetiva baixa;
- n) As provisões para contingências são contabilizadas, com base na posição da Procuradoria Jurídica, a qual é formulada na análise técnica individual dos advogados, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme Nota 11b. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica são divulgadas com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão e divulgação, atendendo ao disposto no CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- o) Ativos financeiros são avaliados pelo valor justo decorrentes do resultado. Aos ativos financeiros presentes nesta Companhia incluem-se os equivalentes de caixa, e os direitos creditórios contratuais a receber;
- p) A VALEC avalia durante o encerramento das demonstrações financeiras se transcorreu, em determinado intervalo, a desvalorização econômica (recuperação) do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Terminantemente, considera-se não recuperável quando houver indicação de ausência de retomada do resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrida) e essa perda tenha influência no fluxo de caixa estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente presumida; e
- q) As obrigações financeiras são avaliadas pelo valor justo, de maneira similar ao ativo financeiro. Por conseguinte, envolve as obrigações desta Companhia com terceiros interessados, das quais destacam-se os fornecedores de mercadorias e serviços, as obrigações trabalhistas e tributárias, entre outras.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - CONTA VINCULADA - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Nesta conta é registrado o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender as despesas com vinculações de pagamentos divididas nas seguintes categorias:

Categoria de Gasto com Pessoal e Encargos Sociais – (A) Vinculações: 130, 307, 308, 310.

Categoria de Gasto com Custeio/Investimento – (C) Vinculações: 340, 400, 404, 409, 412, 415, 500, 510, 514, 551.

Categoria de Gasto com Investimentos (Obras) – (D) Vinculações: – 400, 415, 500.

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento registra o valor do limite de saque da Conta Única da União, estabelecido pelo órgão Central de Programação Financeira para atender às despesas com vinculação de pagamentos. Portanto, representa a conta utilizada para movimentação financeira, na qual a Setorial Financeira do Ministério da Infraestrutura disponibiliza os recursos financeiros para pagamentos efetuados diariamente pela VALEC. Esta conta apresenta o seguinte saldo em 30 de junho de 2022:

VINCULAÇÃO	DESCRIÇÃO DA VINCULAÇÃO	30/06/2022	31/12/2021
130	Pessoal-sentenças judiciais	21.783	0
307	Outros pag. pessoais - órgãos integrantes SIAPE	889.271	0
308	Contribuição previdência fechada	70.527	65.083
310	Pagamento pessoal	7.552.473	6.141.722
340	Custeio sentenças judiciais	4.077	0
400	Custeio/invest. c/exigência de empenho	53.631.069	50.179.402
409	Emendas Resultado EOF -9	100.000	0
500	Custeio e investimento	0	0
510	Custeio pgto. pessoal/auxílios	1.648.302	307.565
514	Custeio Pagamento Pessoal/Auxílios- Resultado. Primário	65.900	38.802
TOTAL		63.983.402	56.732.574

NOTA 4 – DIREITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO

a) Adiantamentos Concedidos

ADIANTAMENTOS (RFFSA – GEIPOT – VALEC)	30/06/2022	31/12/2021
ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO	2.903.098	511.767
ADIANTAMENTOS DE SALÁRIOS E ORDENADOS	161.745	230.955
TOTAL GERAL DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.064.843	742.722

O saldo de R\$ 3,06 milhões, em 30 de junho de 2022, refere-se a adiantamentos concedidos aos empregados da VALEC e das extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT.

A VALEC paga metade do salário a título de adiantamento de 13º salário a seus empregados na Folha de Pagamento do mês de junho de cada ano, a fim de que o empregado receba no primeiro dia útil do mês de julho. No entanto, o empregado tem o direito de solicitar esse adiantamento na ocasião de férias quando gozadas de janeiro a junho.

Mediante conciliação mensal, o saldo da conta de adiantamento de 13º salário representa fielmente os valores devidamente adiantados, os quais serão descontados por ocasião da Folha de Pagamento do mês de novembro, quando o 13º salário é integralmente pago.

Os empregados da VALEC, do Plano de Carreiras, Cargos e Salários de 2007, e das extintas empresas RFFSA e GEIPOT podem solicitar, na ocasião de suas férias, adiantamento salarial, o qual será restituído em até seis parcelas mensais. Com base em demonstrativos mensais encaminhados pela Superintendência de Gestão de Pessoas, a Gerência Tributária e Contábil efetua a conciliação contábil desses adiantamentos.

b) Créditos Tributários e Previdenciários a Compensar

O saldo de créditos tributários e previdenciários a compensar em 30 de junho de 2022 é de R\$ 1,66 milhão, sendo R\$ 1,22 milhão em créditos de PIS e COFINS e R\$ 441 mil em créditos previdenciários.

b.1) Tributos a Compensar

De acordo com o art. 1º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e art. 1º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a base de cálculo da apuração do PIS e da COFINS pelo regime não-cumulativo é o total das receitas auferidas no mês, excluídas as situações previstas em lei. As referidas leis, em seu art. 3º, preveem a possibilidade de aproveitamento de créditos de PIS (1,65%) e COFINS (7,6%) sobre “aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos e

energia elétrica ou térmica, além das despesas com depreciações e amortizações”. Assim, em 30 de junho de 2022 o saldo de crédito de PIS era de R\$ 220 mil e de COFINS era de R\$ 1,01 milhão a serem compensados em períodos posteriores:

TRIBUTOS A COMPENSAR	Saldo em 31/12/2021	Ingresso	Compensado	Saldo em 30/06/2022
COFINS a Compensar	821.965	302.482	(118.647)	1.005.799
PIS a Compensar	179.544	65.670	(25.014)	220.201
TOTAL	1.001.509	368.152	(143.661)	1.226.000

b.2) Crédito Previdenciário a Compensar

Os seguintes fatos e princípios foram determinantes como justificativa para apuração de créditos previdenciários: Índices FAP declarados em divergência ao que determina o Portal FAPWeb; Atividades preponderantes declaradas em discordância com a real atividade exercida pelos funcionários de cada filial, conforme determina a Instrução Normativa 1.453, de 24 de fevereiro de 2014, e COSIT, de 14 de junho de 2016; Alíquota RAT declaradas em discordância com o determinado pelo Decreto 6.957, de 09 de setembro de 2009; Ausência de lançamento de desoneração em folha durante o período em que a mesma era obrigatória para o setor econômico da VALEC, conforme Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e posteriores alterações; e Ausência de pagamento de DARF CPRB no período em que a mesma era obrigatória para o setor econômico da VALEC, conforme Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e posteriores alterações.

CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO	
Crédito Previdenciário	54.285.136
Crédito Compensado em 2018	(26.966.503)
Crédito Compensado em 2019	(9.477.108)
Reconhecimento de Crédito em 2019	16.613
Baixa por prescrição no 4º trimestre / 2020	(16.171.757)
SALDO DE CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO APÓS BAIXA POR PRESCRIÇÃO	1.686.381
CRÉDITO PRESCRITO EM 2021 (Até Abr/2021) RECONHECIDO NAS DFS DE 2019	(271.209)
CRÉDITO PRESCRITO EM 2021 (Até jun/2021) RECONHECIDO NAS DFS DE 2020	(132.239)
SALDO DE CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO EM 31/12/2020	1.282.933
CRÉDITO PRESCRITO EM 2021 RECONHECIDO NAS DFS DE 2021	(510.827)
SALDO DE CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO EM 31/12/2021	772.106
CRÉDITO PRESCRITO 1º TRIMESTRE DE 2022	(205.186)
CRÉDITO PRESCRITO 2º TRIMESTRE DE 2022	(125.239)
SALDO DE CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO EM 30/06/2022	441.681

Os créditos previdenciários estavam sendo compensados nas guias de pagamentos do INSS referentes às folhas de pagamentos da VALEC e das extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT.

No final do segundo trimestre de 2019, houve a suspensão das compensações de créditos previdenciários aguardando posicionamento da Receita Federal do Brasil quanto à legalidade desse crédito.

Por esses motivos o cronograma então vigente não foi observado, assim, em dezembro de 2020, após consulta à Superintendência de Gestão de Pessoas (SUGEP), verificou-se que seria necessário realizar uma baixa por prescrição do direito a recuperar no valor de R\$ 16 milhões do saldo de INSS A COMPENSAR, restando como saldo a compensar o valor de R\$ 1,6 milhão, o qual está sendo baixado proporcionalmente à medida que os créditos prescrevem.

Até o 2º trimestre de 2022, foi prescrito o valor de R\$ 330 mil e deduzido do saldo de INSS a Compensar, restando como saldo a compensar o valor de R\$ 441 mil em 30 de junho de 2022.

c) Outros Créditos a receber

Outros créditos compreendem os Termos de Execução Descentralizada a comprovar, os créditos a receber de fornecedores e créditos sobre salário maternidade.

c.1) Termos de Execução Descentralizada a comprovar:

Os Termos de Execução Descentralizada celebrados entre a VALEC e órgãos vinculados à União para execução de serviços de interesse desta empresa, com valor a comprovar em 30 de junho de 2022, são:

Nº TED	SIAFI	ÓRGÃO	VIGÊNCIA	VALOR A COMPROVAR
003/2013	690654	CBTU	28.03.2021	71.948
001/2020	1AABOM	EXÉRCITO	08.09.2023	12.546.825
002/2020	1AADXR	UnB	19.08.2022	400.000
003/2020	1AADXS	UnB	18.12.2022	509.262
001/2021	1AAETV	MCTI	24.06.2022	1.488.605
TOTAL EM 30/06/2022				15.016.640

- I. Termo de Execução Descentralizada nº. 003/2013, celebrado entre a VALEC e a CIA Brasileira de Trens Urbanos-CBTU, cujo objeto é o disciplinamento do uso compartilhado das áreas de uso comum voltadas à administração, segurança, controle e fiscalização do Edifício Renato Azevedo Feio, situado na praça Procópio Ferreira-RJ, bem como o rateio das correlatas despesas. Compartilham o uso das dependências os seguintes órgãos e entidades partícipes: Inventariança-RFFSA, CBTU, VALEC e AGU, que são representados, oportunamente, nas assembleias por servidores formalmente nomeados pelas respectivas direções. Teve a vigência até 28 de março de 2021, e encontra-se com a prestação de contas em andamento;
- II. Termo de Execução Descentralizada nº. 001/2020 celebrado entre a VALEC e o Exército Brasileiro, cujo objeto é a execução de obras remanescentes do subtrecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste - FIOL, compreendido entre Ilhéus/BA a Barreiras/BA subtrecho Caetité/BA e Barreiras-BA, referente ao lote 06f - até o início da ponte sobre o rio São Francisco, numa extensão de 18,34km. Com vigência até 08 de setembro de 2023. O valor relativo ao TED em questão será incorporado ao Ativo Imobilizado da VALEC por ocasião da prestação de contas;
- III. Termo de Execução Descentralizada nº. 002/2020, celebrado entre a VALEC e a Universidade de Brasília, cujo objeto é a avaliação de metodologias desenvolvidas pela VALEC por meio das Notas técnicas Nº 57/2019 (Metodologia de Ensaio de Deformação Permanente do Lastro do Lote 5S da Ferrovia Norte Sul Extensão Sul) e Nº58/2019 (Metodologia de Ensaio de Deformação Permanente do Lastro do Lote 4S da Ferrovia Norte Sul Extensão Sul), bem como, estudar e compreender a vida útil de britas de lastros por meio de ensaios e por avaliações mediante métodos numéricos avançados. Teve sua vigência prorrogada até 19 de agosto de 2022, e encontra-se com a prestação de contas em andamento;
- IV. Termo de Execução Descentralizada nº. 003/2020, celebrado entre a VALEC e a Universidade de Brasília, cujo objeto é o desenvolvimento do modelo mental BIM de forma que os profissionais e pessoas fiquem preparadas para trabalharem de maneira integrada junto com tecnologias GIS, onde todos interagem ao mesmo tempo, conectados, com a possibilidade de falar com qualquer membro da equipe quando necessário, trocando informações e compartilhando de forma ostensiva informações, com o desenvolvimento de novas metodologias de integração de softwares. Com vigência até 18 de dezembro de 2022; e
- V. Termo de Execução Descentralizada nº 001/2021, celebrado entre a VALEC e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, cujo objeto é a execução de produtos e serviços de comunicação corporativa, no que trata de produção de conteúdo jornalístico, audiovisual e fotográfico, atendimento às demandas de imprensa, monitoramento de veículos online e mídias sociais. Com vigência até 24 de junho de 2022.

c.2) Créditos a Receber

Os créditos a receber referem-se às multas compensatórias previstas em contratos, as quais a VALEC aplicou a contratos de fornecedores e que estão sendo cobradas por meio de processos administrativos, em decisões originárias das Diretoria.

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	CONTRATO	PROCESSO ADMINISTRATIVO	PROCESSO JUDICIAL	VALOR
Multas Compensatórias				
A C CORREA CIA LTDA	004/2017	51402.190111/2017-63		177.442
AZVI S.A DO BRASIL	016/2017	51402.200534/2018-81		9.739.968
SPAVIAS ENGENHARIA LTDA	036/2014	51402.198131/2018-63		2.465.411
ALTA ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA LTDA	036/2014	51402.232530/2019-41		34.308
TOTAL DE CRÉDITOS A RECEBER				12.417.129
Ajustes para Perdas com crédito de liquidação duvidosa				(12.382.821)
A C CORREA CIA LTDA	004/2017	51402.190111/2017-63	1009877-63.2020.4.01.3400	(177.442)
AZVI S.A DO BRASIL	016/2017	51402.200534/2018-81	1026732-20.2020.4.01.3400	(9.739.968)
SPAVIAS ENGENHARIA LTDA	036/2014	51402.198131/2018-63	1041194-16.2019.4.01.3400	(2.465.411)
TOTAL LÍQUIDO DOS CRÉDITOS A RECEBER em 30/06/2022				34.308

O critério de avaliação para ajustes para perdas com crédito de liquidação duvidosa foi a judicialização dos processos, os quais passaram a ser tratados como ativos contingenciais que se encontram classificados pela Procuradoria Jurídica como chances de possível êxito.

Após a judicialização dos processos de cobranças, foram efetuados ajustes no valor total de R\$ 12,38 milhões.

c.3) Créditos Salário Maternidade

O valor de R\$ 73 mil refere-se ao crédito de salário maternidade a compensar sobre a guia de INSS sobre a folha de pagamentos de junho de 2022.

NOTA 5 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

a) Depósitos de Cauções

DEPÓSITOS DE CAUÇÕES	30/06/2022	31/12/2021
Saldo do exercício anterior	257.472	233.338
Ingressos	178.297	58.381
Baixas	(6.566)	(34.247)
TOTAL DOS DEPÓSITOS DE CAUÇÕES	429.203	257.472

Os depósitos de cauções decorrem das garantias caucionadas propostas, em licitação, do contratante ao contratado, conforme cláusula contratual, os quais são contabilizados em contrapartida ao passivo não circulante. Financeiramente, esses valores encontram-se disponibilizados em contas específicas individualizadas sob a custódia da Caixa Econômica Federal – CAIXA.

b) Depósitos Judiciais

AÇÕES	SALDO EM 31/12/2021	INGRESSO	BAIXA	BAIXA ATUAL. MONET	SALDO EM 30/06/2022
Cíveis	51.641.802	912.500	0	0	52.554.302
Trabalhistas	38.071.827	320.260	(1.918.553)	(178.978)	36.294.556
TOTAL	89.713.629	1.232.260	(1.918.553)	(178.978)	88.848.858

O montante de R\$ 88,85 milhões compreende os valores depositados em juízo referentes a depósitos recursais, provenientes das ações trabalhistas e cíveis impetradas pelas partes autoras contra a VALEC e as extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, atualizados monetariamente pela taxa JAM-FGTS (ações trabalhistas) ou pela taxa Selic (ações cíveis) até 31 de dezembro de 2018.

c) Valores a Receber

VALORES A RECEBER	30/06/2022	31/12/2021
Saldo do exercício anterior	35.147	46.043
Ingressos	0	0
Baixas	(4.751)	(10.896)
TOTAL	30.396	35.147

O saldo de R\$ 30 mil abrange adiantamentos com despesas médicas aos empregados da extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT transferidos para a VALEC. Os descontos desses valores são efetuados mensalmente na Folha de Pagamento dos colaboradores.

NOTA 6 – PERMISSÕES PARA USO DE PÁTIOS

Para fomentar o transporte ferroviário, a VALEC outorga por meio de Contratos de Permissão de Uso, Pátios de Integração Multimodal, por prazo não inferior a 15 anos. As receitas provindas dessas permissões são consideradas receitas operacionais diferidas pelo prazo do contrato e o recebimento é parcelado conforme acordo contratual. Os saldos dos recursos a receber de curto e longo prazo referentes à Permissão para Uso de Pátios, em 30 de junho de 2022, são:

a) Realizáveis a Curto Prazo

PERMISSÃO PARA USO DE PÁTIOS A RECEBER - CIRCULANTE	30/06/2022	31/12/2021
Saldo do exercício anterior	2.144.892	1.487.338
Recebimentos	(687.441)	(1.453.905)
Transferência do não circulante para circulante	687.441	1.242.315
Atualização monetária do período	108.960	(33.438)
Novas permissões	618.850	902.582
TOTAL	2.872.702	2.144.892

b) Realizável a Longo Prazo

PERMISSÃO DE USO DE PÁTIOS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE	30/06/2022	31/12/2021
Saldo do exercício anterior	41.112.262	25.488.517
Recebimentos	(622.572)	(395.501)
Transferência do não circulante para circulante	(687.441)	(1.242.315)
Atualização monetária do período	3.481.677	4.754.140
Novas permissões	8.329.701	12.507.421
TOTAL	51.613.627	41.112.262
SALDO DE CONTRATOS POR PERMISSÃO A RECEBER	30/06/2022	31/12/2021
Porto Seco Centro Oeste S.A. 13/2016	14.960.676	14.416.397
TDC - Distribuidora de Combustíveis S.A. 01/2016	15.295.143	14.720.247
Terminal VLI Porto Franco S.A. 19/2021	14.904.156	14.120.510
MIL - Modal de Integração e Logística SPE S/A - 01/2022	9.326.354	0
TOTAL	54.486.329	43.257.154

NOTA 7 – INVESTIMENTO

INVESTIDAS	SALDO EM 31/12/2021	RESULT. MEP	APORTE	SALDO EM 30/06/2022	QTD DE AÇÕES PN	AÇÕES PN (%)	QTD DE AÇÕES ON	AÇÕES ON (%)	AÇÕES TOTAL (%)
Estrada de Ferro	26.278	-	0	26.278	0	0	1.875.000	0,008	0,0027
Transnordestina	921.825.119	(13.131.344)	0	908.693.775	18.686.075	71,59	1.722.716	6,60	39,10
TOTAL	921.851.397	(13.131.344)	0	908.720.053					

a) Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A (FERROESTE)

A Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A (FERROESTE) é uma sociedade anônima, de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, com 99,69% de participação acionária, o restante das ações pertence a 46 empresas nacionais, 3 estrangeiras e 6 pessoas físicas. A FERROESTE tem por objetivo a construção, operação, administração, e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem de produtos agrícolas e manufaturados em geral.

A VALEC participa do capital social da Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A (FERROESTE) com 1.875 lotes de 1.000 ações ordinárias. Esse investimento é avaliado pelo método de custo em função da participação da VALEC não apresentar influência significativa, além dessa participação ser inferior a 20% do Capital Social da investida.

b) Transnordestina Logística S/A (TLSA)

A Transnordestina Logística S/A (TLSA) é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza/CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A Companhia é controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) e suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

A VALEC participa do capital social da Transnordestina Logística S/A com 20.408.791 ações (18.686.075 ações preferenciais e 1.722.716 ações ordinárias) que correspondem a 39,10% do total de ações, sendo 71,59% das ações preferenciais e 6,60% das ações ordinárias.

A VALEC, nos termos da legislação, dos contratos, do Acordo de Acionistas e do Acordo de Investimento, não é integrante do grupo controlador da TLSA e não possui o controle compartilhado, mantendo a sua característica de acionista minoritária.

A Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, preceitua em seu art.116 o conceito do acionista controlador como a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que: a) é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e b) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

Em 27 de dezembro 2013, após a eleição e posse de dois representantes para compor o Conselho de Administração da Transnordestina Logística S/A, a VALEC passou a considerá-la coligada. Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 18 (R3), coligada é a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa, isto é, o investidor possui o direito de participar de certas decisões sobre políticas financeiras e operacionais da companhia investida, mas sem exercer controle individual ou conjunto dessas políticas.

A NBC TG 18 (R3) determina que o investimento em coligada seja avaliado pelo método da equivalência patrimonial, o qual deve ser inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição. A participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida deve ser reconhecida no resultado do período do investidor.

Até o ano de 2016, a VALEC aportou o montante de R\$ 1.124,6 milhões na TLSA. Desde janeiro de 2017, por determinação do Tribunal de Contas da União – Acórdão nº 67/2017, estão suspensos novos aportes de recursos públicos para o projeto.

Até o 2º trimestre de 2022, a Transnordestina Logística S/A apresentou um resultado negativo de R\$ 33,6 milhões, o que provocou para a VALEC uma perda de equivalência patrimonial deste investimento na ordem de R\$ 13,1 milhões no período.

NOTA 8 – IMOBILIZADO

I – COMPOSIÇÃO E FLUXO DO ATIVO IMOBILIZADO:

O fluxo de movimentação do ativo imobilizado da VALEC, no 2º trimestre de 2022, está representado na tabela abaixo e justificado nos itens que segue:

IMOBILIZADO BENS MÓVEIS	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 30/06/2022	TAXA DEPREC. (%)
Mobiliário em Geral	8.704.128	-	-	361.158	9.065.286	10
Ativos de Concessão (Pátios)	5.524.762	-	-	-	5.524.762	10
Equipamentos	24.077.444	16.300	-	170	24.093.914	10 e 20
Equipamentos de Comunicação	46.130	-	-	-	46.130	
Utensílios de Escritório	408.737	48.885	-	123.407	581.029	10
(Redução ao Valor Recuperável)	(34.974)	-	-	-	(34.974)	
Total Bens Móveis (1)	38.726.226	65.185	-	484.735	39.276.147	-
IMOBILIZADO BENS IMÓVEIS	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 30/06/2022	TAXA DEPREC. (%)
Terrenos	407.485.211	4.505.738	-	-	411.990.949	-
Terrenos – Permissão de Uso de Pátios	480.985	-	-	-	480.985	-
Salas e Escritórios	2.361.441	-	(165.019)	-	2.196.421	10
Estudos e Projetos	157.746.865	497.120	-	-	158.243.984	-
FNS - Porto Nacional/TO - Anápolis/GO	-	-	-	-	-	
FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste	640.740	289.228	-	-	929.968	
Ferrovia Transcontinental	131.581.038	207.891	-	-	131.788.929	
Outros Empreendimentos	25.525.087	-	-	-	25.525.087	
Implantação - Ferrovias	2.398.838.107	304.900.869	-	(484.735)	2.703.254.241	
FNS - Porto Nacional/TO - Anápolis/GO	-	-	-	-	-	
FNS - Ouro Verde/GO - Estrela D'Oeste/SP	-	-	-	-	-	
FIOL - Ferrovia de Integração Oeste-Leste	2.134.403.276	111.616.327	-	(484.735)	2.245.534.867	
FICO - Ferrovia Transcontinental	504.022	1.602.172	-	-	2.106.194	
FICO - INVESTIMENTO CRUZADO	5.398.692	37.506.502	-	-	42.905.194	
FIOL - INVESTIMENTO CRUZADO	258.532.118	154.175.868	-	-	412.707.985	
Ativos de Concessão	15.789.220.082	-	-	-	15.789.220.082	
FNS - Açailândia/MA - Palmas/TO	2.607.268.664	-	-	-	2.607.268.664	4 e 2,86
FNS - Porto Nacional/TO - Anápolis/GO	4.927.704.988	-	-	-	4.927.704.988	4 e 2,86
FNS - Ouro Verde/GO - Estrela D'Oeste/SP	4.746.343.535	-	-	-	4.746.343.535	
FIOL - Trecho I	3.498.893.434	-	-	-	3.498.893.434	
Pátio Porto Franco	9.009.461	-	-	-	9.009.461	5 a 30
Total Bens Imóveis (2)	18.756.132.691	309.903.726	(165.019)	(484.735)	19.065.386.663	-
DIREITO DE USO	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	BAIXAS / PAGAMENTOS	AJUSTES/ AJUSTES VP	SALDO EM 30/06/2022	
Direito de Uso de Veículos	2.700.800	2.387.514	(2.700.800)	(2.387.514)	-	-

Direito de Uso de Imóveis	54.506.527	-	(1.392.299)	(39.158.621)	13.955.607	10
Total Direito de Uso (3)	57.207.327	2.387.514	(4.093.099)	(41.546.135)	13.955.607	
(Redução ao Valor Recuperável - FNS) (4)	(11.364.641.405)	-	-	-	(11.364.641.405)	
Ativos de Concessão Imóveis - FNS	(12.281.317.187)	-	-	-	(12.281.317.187)	
Depreciação Acumulada das Ferrovias - FNS	916.675.782	-	-	-	916.675.782	
(Redução ao Valor Recuperável - FIOL I) (5)	(3.217.521.279)	-	-	-	(3.217.521.279)	
Ativos de Concessão Imóveis - FIOL I	(3.217.521.279)	-	-	-	(3.217.521.279)	
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis (6)	(984.976.696)	(3.038.291)	165.019	35.160.374	(952.689.594)	
Depreciação de Bens Móveis	(29.429.165)	(1.966.032)	-	-	(31.395.197)	
Depreciação de Bens Imóveis	(920.011.504)	(223.404)	165.019	-	(920.069.889)	
Salas e Escritórios	(2.160.227)	(42.558)	165.019	-	(2.037.766)	
FNS - Açailândia/MA - Palmas/TO	(293.414.823)	-	-	-	(293.414.823)	
FNS - Porto Nacional/TO - Anápolis/GO	(623.260.959)	-	-	-	(623.260.959)	
Pátio Porto Franco	(1.175.496)	(180.846)	-	-	(1.356.341)	
Depreciação Direito de Uso	(35.536.027)	(848.855)	-	35.160.374	(1.224.508)	
Direito de Uso de Veículos	(979.500)	(74.347)	-	1.053.847	-	
Direito de Uso de Imóveis	(34.556.527)	(774.508)	-	34.106.527	(1.224.508)	
Total Líquido (7) =1+2+3+4+5+6	3.284.926.864	287.153.281	(4.093.099)	(6.385.760)	3.561.601.284	
IMOBILIZADO CONSOLIDADO	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 30/06/2022	
Total Bens Móveis (1)	38.726.226	65.185	-	484.735	39.276.147	
Total Bens Imóveis (2)	18.756.132.691	309.903.726	(165.019)	(484.735)	19.065.386.663	
Total Direito de Uso (3)	57.207.327	2.387.514	(4.093.099)	(41.546.135)	13.955.607	
(Redução ao Valor Recuperável - FNS) (4)	(11.364.641.405)	-	-	-	(11.364.641.405)	
(Redução ao Valor Recuperável - FIOL I) (5)	(3.217.521.279)	-	-	-	(3.217.521.279)	
Depreciação Acumulada (6)	(984.976.696)	(3.038.291)	165.019	35.160.374	(952.689.594)	
TOTAL DO IMOBILIZADO	3.284.926.864	309.318.135	(4.093.099)	(6.385.760)	3.583.766.139	

- a) Os bens corpóreos são reconhecidos pelo registro original do bem. Devido ao desgaste e a obsolescência desses bens ao longo do tempo, exigem-se o reconhecimento da despesa em virtude da depreciação calculada por meio do método linear, em função de taxas estabelecidas e do tempo de vida útil, fixadas por espécies de bens;
- b) As ferrovias construídas foram depreciadas retroativamente pela tabela fisco até 31 de dezembro de 2016, a partir dessa data foi utilizada a tabela da ANTT, conforme Resolução ANTT N° 4540, de 19 de dezembro de 2014;

- c) Anualmente, é realizado o inventário dos bens móveis da VALEC e verificado in loco as condições de uso dos bens. Os bens que se apresentam como inservíveis são reparados, doados ou baixados do sistema patrimonial bem como da contabilidade;
- d) Os Ativos Imobilizados da VALEC são registrados em um sistema informatizado que permite controlar sequencialmente os bens móveis, gerando relatórios por localidade ou descrição do bem e são depreciados periodicamente;
- e) No exercício de 2022, até o 2º trimestre, foram adquiridos Equipamentos de TI e Comunicação no valor de R\$ 16 mil, bem como Máquinas e Utensílios de Escritório no valor de R\$ 48 mil;
- f) A provisão para “Redução ao valor Recuperável – Móveis” no valor de R\$ 35 mil se refere:
 - i. Ao valor contábil de 292 bens patrimoniais furtados ou extraviados, mas que se encontram com o processo administrativo de sindicância em andamento, conforme Laudo expedido pela Gerência de Patrimônio em 04 de março de 2021 (Laudo de Avaliação nº 1/2021/GEPAT/SUADM/VALEC - referente aos bens móveis em 31 de dezembro de 2019), totalizando R\$ 17 mil. Ao final da instrução processual, com a devida autorização da Diretoria Executiva, esses bens serão efetivamente baixados do patrimônio da VALEC; e
 - ii. Ao valor contábil de bens móveis que foram doados no exercício de 2021, totalizando R\$ 18 mil, mas que, por questões de regularização de documentos do recebedor, encontram-se pendentes de assinatura do termo de doação, conforme Processo SEI nº 51402.106738/2021-21.
- g) A rubrica contábil “Terrenos” é composta pelos custos relacionados aos processos de desapropriação dos respectivos Terrenos. Além do pagamento ao expropriado, mensalmente são realizados pagamentos de custas do processo, taxas cartoriais, entre outros que compõem o Custo do Terreno;
- h) A rubrica contábil “Estudos e Projetos” é composta pelos custos relacionados ao desenvolvimento de estudos e projetos de obras de infraestrutura ferroviária. Os Estudos e Projetos compreendem os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, o Projeto Básico – PB e o Projeto Executivo – PE;
- i) A rubrica contábil “Implantação – Ferrovias” é formada pelos custos das obras de construção das ferrovias que ainda se encontram em andamento, após as subconcessões dos trechos, os ativos subconcedidos são transferidos para a rubrica “Ativos de Concessão”;
- j) A rubrica contábil “Direito de Uso” corresponde a direitos com origem em contratos de locação de imóveis conforme estabelecido no CPC 06 (R2). A sua composição bem como detalhamento estão evidenciados na Nota 15.
- k) Um item do ativo imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso. Eventual perda resultante da baixa do ativo (representada pelo valor residual do ativo) é incluída no resultado do exercício em que o ativo for baixado. No exercício de 2022, até o 2º trimestre, ocorreu a seguinte baixa:
 - i. Baixa de R\$ 165 mil na conta de Salas e Escritórios, devido a devolução de área ocupada pela VALEC à Companhia Imobiliária do Estado de TO conforme Processo 51402.040909/2013-31. O bem baixado já se encontrava totalmente depreciado.
- l) A coluna “transferências” da Tabela que apresenta o fluxo de movimentação do Imobilizado representa os saldos que são transferidos a outras rubricas do Imobilizado, em geral por motivo de subconcessão de trechos da Ferrovia ou por encerramento dos respectivos contratos. No exercício de 2022, até o 2º trimestre, foi realizada a seguinte transferência entre contas do ativo imobilizado:
 - i. Foi transferido da conta Implantação – Ferrovias o valor de R\$ 484 mil, sendo R\$ 170 para a conta Equipamentos de TI e Comunicação, R\$ 361 mil para a conta Mobiliário em Geral e R\$ 123 mil para a conta Utensílios de Escritório, devido ao recebimento e tombamento dos referidos bens localizados no canteiro de obras de São Desidério/BA conforme Processo SEI 51402.104642/2021-28.

- m) Os Ativos de Concessão – Bens Móveis, no valor de R\$ 5,5 milhões, e os Ativos de Concessão – Bens Imóveis, no valor de R\$ 9 milhões são provindos do tombamento dos bens do pátio de Transbordo de Porto Franco/MA referente ao Contrato nº 001/2002 celebrado entre a VALEC e a Multigrain S/A, o qual foi rescindido pelo Termo de Rescisão Contratual amigável datado de 26 de fevereiro de 2019, conforme Processo Administrativo nº 51402.205501/2018-26, em que a Multigrain cede de forma não onerosa à VALEC as benfeitorias que compõem o Pátio de Porto Franco; e
- n) Por meio do Laudo de Avaliação nº 6/2021/GEPAT/SUADM/DIRAF-VALEC, emitido em 21 de dezembro de 2021, a Gerência de Patrimônio certifica que todos os bens patrimoniais contabilizados, com exceção dos provisionados por redução ao valor recuperável, estão em condições de funcionamento. Informa, ainda, que não há indicativo de perda sobre os bens patrimoniais, portanto, não se verificou a necessidade de teste de recuperabilidade dos bens móveis, bem como dos Ativos de Concessão relacionados ao Pátio de Porto Franco.

II – FERROVIA NORTE SUL (FNS)

A VALEC subconcedeu, em 2007, o trecho da Ferrovia Norte Sul que liga Açailândia/MA a Palmas/TO para a Ferrovia Norte Sul S/A. De acordo com o Contrato de Subconcessão nº 033/07, de 20 de dezembro de 2007, nos termos do Edital de Licitação nº 001/2006, a subconcessão foi assinada por um prazo de 30 anos, previa o pagamento a título de outorga de R\$ 1,47 bilhão, dividido em três parcelas corrigidas pelo IGP-DI e juros de 1% ao mês (até maio de 2010), sendo 50% à vista, 25% na entrega do 1º trecho e 25% na entrega do 2º trecho. A primeira parcela foi recebida em dezembro de 2007 no valor de R\$ 739 milhões, a segunda parcela no valor de R\$ 461,8 milhões foi recebida em maio de 2009 e parte da terceira parcela, o valor de R\$ 453,5 milhões, foi recebida em dezembro de 2010. Conforme 2º Termo Aditivo, assinado em 10 de dezembro de 2010, o pagamento do valor correspondente à 20% da terceira parcela foi condicionado à entrega pela VALEC de obras remanescentes. Os recursos recebidos provenientes desta outorga foram repassados diretamente ao Tesouro Nacional.

O trecho da Ferrovia Norte Sul compreendido entre Porto Nacional, no Estado do Tocantins e Estrela D'Oeste, no Estado de São Paulo foi subconcedido à Rumo Malha Central S/A, conforme Contrato de Subconcessão do Edital de Concorrência Internacional nº 002/2018, assinado em 31 de julho de 2019. Esse contrato foi assinado entre a União, representada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, como interveniente subconcedente e a Rumo Malha Central S/A como subconcessionária. O valor do lance da outorga no leilão foi de R\$ 2,7 bilhões. Os direitos creditórios e as receitas provenientes dessa subconcessão serão da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme o artigo 77 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, que dispõe sobre a criação da Agência, e estabelece que é receita da ANTT os recursos provenientes dos instrumentos de outorga administrados pela agência.

A VALEC realizou o teste de recuperabilidade dos ativos relacionados à Ferrovia Norte Sul e, devido à falta benefícios econômicos para a empresa durante os prazos contratuais das subconcessões, reconheceu a provisão para perda ao valor recuperável dos ativos. As provisões foram reconhecidas desde o ano 2007 - quando ocorreu a primeira subconcessão até a dezembro de 2020.

No exercício de 2021, o valor da Redução a valor recuperável, referente aos ativos relacionados à Ferrovia Norte Sul, foi acrescido em R\$ 10,2 milhões, considerando a movimentação referente ao Contrato 022/2018 e a baixa dos contratos encerrados classificados como depósitos retidos de fornecedores.

A análise do valor recuperável, em consonância com o CPC – 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, deve ser realizado anualmente. Sendo assim, a provisão de perda ao valor recuperável, referente à Ferrovia Norte Sul, não teve o seu valor alterado até o 2º trimestre de 2022, mantendo-se com o saldo de R\$ R\$ 11,36 bilhões.

III – FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE LESTE (FIOL)

A VALEC subconcedeu, em agosto de 2021, o trecho ferroviário entre os municípios de Ilhéus/BA a Caetité/BA, com 537 km de extensão, denominado FIOL I, no qual a empresa Bahia Mineração S.A sagrou-se vencedora, com um lance de R\$ 32,7 milhões, adicionado à receita variável, com base no estudo de viabilidade.

O Valor Presente de R\$ 260 milhões, com data base maio de 2021, das receitas de outorga previstas na concessão da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) – EF-334 - trecho denominado FIOL I, realizada por meio do Edital de Concorrência Internacional nº01/2020, foi calculado pela Superintendência de Negócios da VALEC e evidenciado no Ofício nº 6/2021/SUNEG-VALEC/DINEG-VALEC, em 09 de junho de 2021.

Para o encerramento do exercício de 2020, aprovado em agosto de 2021, foi realizado o teste de recuperabilidade dos ativos relativos ao trecho ferroviário denominado FIOL I, reconhecendo uma provisão para perda ao valor recuperável de R\$ 3,5 bilhões de reais.

No exercício de 2021, foi efetuado novo cálculo do valor presente, com data base de 30 de novembro de 2021, que resultou no valor de R\$ 280 milhões, conforme Processo SEI nº 51402.106812/2021-17. Portanto, fez-se necessária a reversão de parte do valor anteriormente provisionado, totalizando R\$ 20,77 milhões.

Essa redução patrimonial não altera a continuidade operacional da VALEC, conforme Nota 1, visto ser uma empresa pública dependente da União (única acionista) e das políticas públicas traçadas pelo Ministério da Infraestrutura. Seu planejamento financeiro de longo prazo é vinculado ao planejamento orçamentário, por meio do Plano Plurianual de 2020 – 2023, aprovados nos termos da Lei nº 13.971, de 13 de dezembro de 2019, e das políticas governamentais.

Os ativos relacionados aos trechos da Ferrovia de Integração Oeste Leste, denominados de FIOL II não sofreram teste de recuperabilidade de ativos, por estarem em fase de obras em andamento, sem indícios de perdas.

A análise do valor recuperável, em consonância com o CPC – 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, deve ser realizado anualmente. Sendo assim, a provisão de perda ao valor recuperável, referente à FIOL I, não teve o seu valor alterado até o 2º trimestre de 2022, mantendo-se com o saldo de R\$ R\$ 3,21 bilhões.

IV – INVESTIMENTO CRUZADO

O Anexo 9 do Terceiro Termo Aditivo ao contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas, concedida à VALE S/A, prevê a renovação antecipada de outorga e descreve os termos que disciplinam as condições de realização das Obrigações de Investimento assumidas pela Concessionária em projetos de titularidade da VALEC, conforme a Lei nº 11.772/2008, envolvendo a Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO):

- i. A implantação da infraestrutura e superestrutura ferroviária de Trecho da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), EF-354, compreendido entre os municípios de Água Boa/MT e Mara Rosa/GO; e
- ii. A aquisição de Trilhos e Dormentes a serem incorporados no Projeto de Infraestrutura da Ferrovia Integração Oeste Leste (FIOL), EF – 334.

Conforme descrito na Nota 1-IV, até o 2º trimestre de 2022, o saldo total do Ativo Imobilizado, no âmbito do Investimento Cruzado é de R\$ 458,43 milhões, composto por:

	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	BAIXAS	SALDO EM 30/06/2022
Terrenos – FICO	500.247	2.313.290	0	2.813.537
Obras em Andamento - FICO	5.398.692	37.506.502	0	42.905.194
Obras em Andamento - FIOL	258.532.118	154.175.867	0	412.707.985
Total Investimento Cruzado	264.431.057	193.995.659	0	458.426.716

Os custos incorridos sobre a FIOL, no âmbito do Investimento Cruzado, até 30 de junho de 2022, somaram R\$ 412,7 milhões, o que corresponde a 21,6 % acima do valor estimado no Anexo 9 (R\$ 339,4 milhões).

No projeto FICO foram investidos, no Investimento Cruzado, até 30 de junho de 2022, R\$ 45,7 milhões, sendo R\$ 2,8 milhões em desapropriações e R\$ 42,9 milhões em custos indiretos preliminares de obras, tais como: preparação de canteiros de obras, sondagens, projetos de Obras Especiais (OAEs), serviços médicos, hospedagem e locação de sala (escritório da Valec em Alto Horizonte).

NOTA 9 – INTANGÍVEL

ATIVO INTANGÍVEL	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	BAIXAS	TRANSF.	SALDO EM 30/06/2022	TAXA AMORTIZ. (%)
Direito de Uso de Comunicação	139.790	0	0	0	139.790	-
Softwares	11.731.207	0	0	0	11.731.207	20
(-) Amortizações Acumuladas	(8.986.685)	(1.039.544)	0	0	(10.026.229)	-
Total Intangíveis	2.884.312	(1.039.544)	0	0	1.844.769	

Os Direitos de uso de Comunicação são direitos junto às empresas de telefonia que estão sendo reclamados pela VALEC.

Os “Softwares” são amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 05 anos.

Anualmente, é realizado o inventário dos intangíveis da VALEC e testado sua servibilidade. Os intangíveis que se apresentarem como inservíveis são doados ou baixados do sistema patrimonial bem como da contabilidade.

No 4º trimestre de 2021, a Superintendência de Tecnologia da Informação da VALEC elaborou laudo de avaliação da situação dos bens intangíveis referente aos softwares, com data base em 30 de novembro de 2021 (LAUDO DE AVALIAÇÃO Nº 12/2021/SUPTI-VALEC/DIRAF-VALEC), no qual certifica que todos os bens intangíveis contabilizados, na situação “em uso” na data de novembro de 2021, estão em funcionamento, fato que pode ser auferido em consulta aos logs de uso da aplicação.

NOTA 10 - COMPROMISSOS A CURTO PRAZO

a) Fornecedores

FORNECEDORES	30/06/2022	31/12/2021
Saldo anterior	35.830	0
Reconhecimento de obrigações	133.342.992	413.795.941
Pagamento de fornecedores	(132.709.763)	(413.760.111)
TOTAL	669.059	35.830

O saldo da conta de “Fornecedores” compreende as obrigações com prestadores de serviços e fornecedores de materiais à VALEC.

b) Férias e Encargos a pagar

FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR	30/06/2022	31/12/2021
RFFSA	2.456.996	1.964.051
GEIPOT	635.440	590.546
VALEC	11.801.018	8.920.468
TOTAL	14.893.454	11.475.065

A VALEC, a partir da Lei nº 11.772, de 17 de setembro 2008, passou a ser também responsável pelo quadro de pessoal das extintas empresas: Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT. As despesas com férias e os encargos são provisionadas conforme demonstrativos emitidos, mensalmente, pela Superintendência de Gestão de Pessoas - SUGEP.

Para cálculo de férias a pagar é considerado o salário do período de gozo de férias mais o adicional de 1/3.

NOTA 11 - COMPROMISSOS A LONGO PRAZO

a) Depósitos Retidos sobre Fornecedores

DEPÓSITOS RETIDOS SOBRE FORNECEDORES	30/06/2022	31/12/2021
Saldo anterior	27.082.990	38.526.493
Retenções sobre fornecedores	79.111	1.603.301
Baixa de depósitos	0	(12.600.452)
Pagamento de Obrigações	0	(446.352)
TOTAL	27.162.101	27.082.990

A conta “Depósitos Retidos de Fornecedores” registra as retenções contratuais sobre pagamentos a fornecedores e outras retenções como glosas por determinações dos Órgãos de Controle.

b) Provisões para Contingências Judiciais

A companhia é responsável por ações trabalhistas e cíveis impetradas contra VALEC e as extintas empresas Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT.

As provisões para contingências são contabilizadas, com base na posição da Procuradoria Jurídica, a qual é formulada na análise técnica individual dos advogados, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. O valor reconhecido como provisão foi a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica são divulgadas com base na perda histórica, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão e divulgação.

Conforme o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

b.1) Critérios de Reconhecimento e Mensuração:

Visando o aprimoramento dos controles internos e conseqüentemente da informação sobre as provisões contingenciais, a Procuradoria Jurídica da VALEC elaborou a Norma de Provisões e Contingências Judiciais na VALEC, regulamentada pela Resolução Normativa nº 04/2021/DIREX, de 07 de julho de 2021, a qual dispõe sobre os procedimentos de avaliação e classificação de riscos de processos judiciais e o reconhecimento de provisões e contingências judiciais.

Essa Resolução Normativa trata ainda da valoração das ações, as quais passaram a ser com base no desenvolvimento do processo judicial, não sendo mais efetuada a atualização monetária conforme metodologia utilizada até o exercício de 2020.

A Procuradoria Jurídica após levantamento e aplicação da nova metodologia baseada na Resolução Normativa nº 04/2021/DIREX encaminha mensalmente as informações necessárias para o reconhecimento das provisões e passivos contingenciais.

As premissas utilizadas na nova metodologia foram:

- I) Classificações de riscos: realizadas por avaliação do advogado responsável pela causa considerando o resultado dos eventos relevantes do processo (instrução processual; sentença; acórdão),
- II) Mensuração: o valor da contingência corresponde ao valor nominal do último evento relevante no processo judicial (perícia, quando houver; sentença; acórdão; liquidação e trânsito em julgado), utilizando os parâmetros definidos Resolução Normativa nº 4/2021/DIREX-VALEC/PRESI-VALEC, associado a outras orientações técnicas das respectivas áreas de conhecimento;
- III) Prazo: o prazo foi determinado pelo estágio em que se encontra o feito, com fundamento no tempo de duração dos processos contido no anuário "Justiça em Números", de modo que o que está em primeira ou segunda instância foi considerado como de longo prazo;
- IV) Limitações: Não foram consideradas ações vinculadas aos processos principais (a exemplo de agravos de instrumento), ao intuito de evitar a duplicidade de valores, tendo em vista que o risco de perda nestes casos já foi analisado no risco de perda da ação principal;
- V) Ações de desapropriações: o valor das decisões foi subtraído do valor de depósito já efetuado em juízo para obter a imissão na posse, cujo montante representa o mínimo da condenação possível e que, pela própria natureza da causa, não pode ser recuperado pela VALEC;

b.2) Ações com Risco de Perda Provável:

A Procuradoria Jurídica apresentou os valores dos processos judiciais classificados como obrigações presentes e com “prováveis” saídas futuras de recursos financeiros em 30 de junho de 2022, conforme segue:

AÇÕES	SALDO EM 31/12/2021	INGRESSO	BAIXA/REVERSÃO	SALDO EM 30/06/2022
Desapropriações	62.109.631	-	(5.516.147)	56.593.484
Trabalhistas	47.815.572	2.726.484	-	50.542.056
Cíveis	1.860.944.791	-	(46.112.820)	1.814.831.971
Tributárias	434.727	911.048	-	1.345.775
Previdenciárias	258.198	231.573	-	489.771
SALDO	1.971.562.919	3.869.105	(51.628.967)	1.923.803.057
Circulante	79.197.230	1.804.361	(5.231.969)	75.769.622
Desapropriações	18.748.049	-	(4.225.893)	14.522.156
Trabalhistas	44.752.144	1.804.361	-	46.556.505
Cíveis	15.697.037	-	(1.006.076)	14.690.961
Tributárias	0	-	-	0
Previdenciárias	0	-	-	0
Não Circulante	1.892.365.689	2.064.745	(46.396.999)	1.848.033.435
Desapropriações	43.361.582	-	(1.290.255)	42.071.327
Trabalhistas	3.063.428	922.124	-	3.985.552
Cíveis	1.845.247.754	-	(45.106.744)	1.800.141.010
Tributárias	434.727	911.048	-	1.345.775
Previdenciárias	258.198	231.573	-	489.771

i) Contingências de Ações Cíveis:

Em relação aos processos cíveis, tem-se que as temáticas mais recorrentes são as de Ações Indenizatórias ou Ações de Cobrança, as quais dizem respeito, notadamente, no primeiro caso a indenizações por danos supostamente causados aos imóveis dos autores pela construção da ferrovia e quanto às de cobrança, às questões contratuais mais diversas, desde cobranças de medições de contratos, requerimento de valores supostamente não pagos em execuções contratuais, cobrança de reajustes, questionamentos de glosas e outros.

As principais ações com riscos de prováveis perdas são das varas cíveis, dentre as quais se destacam:

- 0034224-66.2009.4.01.3400: Trata-se de ação ajuizada em desfavor da Valec em que se pleiteia o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato 022/2006. Pendem de julgamento a ação e diversos petições recursais. Valor provável da provisão da contingência R\$1.059.979.423,63.
- 0009921-41.2016.4.01.3400: Trata-se da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato nº 054/2010. Encontra-se em fase de produção de provas. Valor provável da provisão da contingência R\$202.069.472,66.
- 1018694-24.2017.4.01.3400: Trata-se de ressarcimento de equilíbrio financeiro, em que a autora alega que houve descumprimento de obrigações contratuais e do cronograma por parte da Valec. Valor provável da provisão da contingência R\$ 165.618.651,85.
- 0060773-69.2016.4.01.3400: Trata-se reequilíbrio econômico-financeiro do contrato 007/2014. Valor provável da provisão da contingência R\$ 122.248.435,57.

ii) Contingências de Ações Trabalhistas:

As ações judiciais denominadas de reclamações trabalhistas constituem controvérsias entre os sujeitos da relação de trabalho, frequentemente empregador e empregado, submetidas à resolução jurisdicional. No âmbito da VALEC, esses processos são divididos em dois grandes grupos: o primeiro, formado por empregados efetivos que geralmente demandam o judiciário em razão de algum direito trabalhista específico ou supostos descumprimentos do Plano de Cargos e Salários a que se vinculam; e o segundo, por empregados das empresas que mantêm ou mantiveram contratos de fornecimento de mão de obra com a VALEC. Nestes últimos, a VALEC é demandada de forma subsidiária.

A temática de responsabilidade subsidiária trabalhista é a mais recorrente no universo quantitativo e diz respeito ao descumprimento, pelas Contratadas da VALEC, das obrigações trabalhistas em face aos seus próprios empregados mobilizados para prestação de serviços em contratos firmados com a Estatal, implicando na inclusão da VALEC como responsável subsidiariamente no polo passivo dessas demandas judiciais.

Além do quadro dito VALEC, a Estatal sucedeu ao longo dos anos obrigações de empresas extintas, como GEIPOT e RFFSA, absorvendo o quadro de pessoal dessas empresas que passaram a compor, dentro das suas particularidades, também o seu quadro efetivo. Necessário explanar que, quando da extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), a transferência dos seus empregados ao quadro especial da VALEC ocorreu por força do artigo 26 da Lei nº 11.772/2008, que previu a vedação de comunicação aos planos de cargos e salários da VALEC. Embora pacificada na legislação, a questão foi objeto de diversas judicializações face à Estatal, que se amparava nos ditames legais para lograr êxito no judiciário. Ademais, os empregados do extinto GEIPOT também ingressaram com outros pleitos, muitos deles já arquivados, dos quais destacam-se os de incorporação de gratificação, cessão de empregados, plano de saúde e cumprimento do Plano de Cargos e Salários.

Quanto à Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), a alteração do contrato de trabalho com a sucessão trabalhista se deu por força da Lei nº 11.483/2007 e as principais judicializações dessa categoria contemplam pedidos para manutenção dos empregados nas cidades em que laboravam à época da Inventariança. Ademais, também foram propostas ações requerendo equiparação salarial aos empregados da VALEC. De igual modo à legislação aplicada ao GEIPOT, há óbice nas demandas apresentadas em razão do disposto no §2º, art. 17 da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que veda a comunicação dos Planos de Cargos e Salários da VALEC.

As principais ações com riscos de prováveis perdas são das varas trabalhistas, dentre as quais se destacam:

- a) 0002602-09.2014.5.03.0181: Trata-se de Embargos de Terceiros para discutir a Titularidade de Crédito Remanescente (Cessão Fiduciária) referente ao contrato 053/2010. Valor provável da provisão da contingência R\$ 10.398.125,87.
- b) 0012183-63.2017.5.18.0201: Trata-se da reclamação da autora requerendo indenização por doença ocupacional. Valor provável da provisão da contingência R\$ 2.463.524,00.
- c) 0163600-69.2005.5.01.0003: Trata-se de Ação de Cumprimento visando o pagamento dos reajustes contidos em convenções coletivas do trabalho de 2001,2002e2003. Valor provável da provisão da contingência R\$18.000.000,00.
- d) 0166100-75.1991.5.01.0011: Execução de Contribuição Previdenciária referente pagamento de execução efetuado pela Valec, de reclamação em que o SINTRACONST-RIO pleiteava diferenças salariais devidas aos empregados substituídos (PSC 88, atual 2007). Valor provável da provisão da contingência R\$ 6.139.245,68.

iii) Contingências de Ações de Desapropriações:

Os processos de desapropriação são medidas judiciais necessárias à obtenção de imóveis para implantar infraestrutura ferroviária, objeto social da estatal Valec. Portanto, são parte da atividade fim da companhia. Regulamentada pelo Decreto Lei nº 3.365/1941, a desapropriação por utilidade pública se inicia como um processo administrativo e, a depender da concordância ou não do expropriado com o valor do bem avaliado, torna-se um processo judicial. A Administração avalia os imóveis que necessita expropriar para implantar a infraestrutura e oferece um valor indenizatório ao proprietário que, aceitando, lavra-se escritura e resta constituída a propriedade da Administração.

Negando-se o expropriado, a Administração ajuíza uma ação de desapropriação por utilidade pública.

iv) Contingências de Ações Tributárias:

As ações tributárias, essencialmente, versam sobre ações em que a Valec requer o reconhecimento da não incidência de determinado tributo a que é compelida a pagar, assim como a restituição de valores que entende terem sido pagos indevidamente. Por outro lado, quando figura como parte ré, em geral as ações versam sobre execuções fiscais para cobrança de créditos tributários referentes a um determinado tributo.

As principais provisões prováveis tributárias são:

- a) 1005464-23.2019.4.01.3309. Trata-se de ação anulatória de ISS pelo município de Ibiassuncê-BA. Valor provável da provisão da contingência R\$ R\$ 1.105.829,47.

v) Contingências de Ações Previdenciárias:

Nas ações de natureza previdenciária acompanhadas pela Valec a parte autora pleiteia, da União, a complementação dos vencimentos de aposentadoria (Lei nº 10.233/200) em relação aos valores atualmente pagos ao pessoal do quadro da Valec, estatal que absorveu os empregados ativos da extinta RFFSA (Lei nº 11.483/2007). Não obstante a responsável pela eventual complementação de aposentadoria seja a União, os pedidos direcionados à Valec resumem-se, basicamente, à apresentação de documentos relativos ao seu quadro de pessoal, como meio de confirmar e calcular esta possível complementação.

As principais provisões prováveis previdenciárias são:

- a) 0044589-52.2013.4.01.3300. Trata-se de pleito para que a União/INSS proceda com a complementação de aposentadoria conforme remuneração do pessoal da ativa da Valec. Valor provável da provisão da contingência R\$ 100.000,00.
- b) 5000627-71.2021.4.03.6107. Trata-se de pleito para que a União/INSS proceda com a complementação de aposentadoria com equiparação no quadro ativo da Valec. Valor provável da provisão da contingência R\$ 231.573,00.
- c) 5001880-31.2020.4.03.6107. Autor requer pagamento de diferenças referentes à complementação de aposentadoria com base na Lei nº 8.186/91. Valor provável da provisão da contingência R\$108.197,88.

b.3) Ações com Riscos de Perdas Possíveis:

Conforme Item nº 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; “a entidade deve divulgar para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente...”. Assim, os processos judiciais impetrados contra a VALEC, a extinta RFFSA e o GEIPOT, classificados pela Assessoria Jurídica como obrigações “possíveis”, não foram contabilizados, apenas divulgados em Nota Explicativa.

Os processos judiciais classificados com “possível” risco de perda, apresentaram os seguintes saldos em 30 de junho de 2022:

AÇÕES	30/06/2022
Desapropriações	3.580.456
Trabalhistas	69.367.967
Cíveis	1.080.509.915
Tributárias	8.227.959
Previdenciárias	7.910.948
SALDO	1.169.597.245

Os valores classificados como possíveis “superfaturamentos” ou “sobrepços” levantados por Tomadas de Contas Especiais do Tribunal de Contas da União, divulgados nas notas explicativas de anos anteriores, foram desconsiderados para fins de divulgação nestas Notas, devido ao reconhecimento da perda pelo valor recuperável após a subconcessão da Ferrovia Norte Sul.

NOTA 12 – PRECATÓRIOS DE TERCEIROS

a) Precatórios de Terceiros – Curto Prazo

Registros de Precatórios de Terceiros realizado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região referentes a precatórios alimentares e comuns autuados entre julho de 2020 a julho de 2021 a serem pagos em setembro de 2022:

PROCESSO: PA 007980-80-2015.4.04.8000	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	679.957	0
Principal (Entradas)	0	641.192
Atualização Monetária	29.338	38.765
SALDO	709.295	679.957

b) Precatórios de Terceiros – Longo Prazo

Registros de Precatórios de Terceiros realizado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região referentes a precatórios alimentares e comuns autuados entre julho de 2021 a dezembro de 2021 a serem pagos em setembro de 2023:

PROCESSO: PA 007980-80-2015.4.04.8000	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	121.593	0
Principal (Entradas)	0	121.593
Atualização Monetária	5.061	0
SALDO	126.654	121.593

NOTA 13 – RECEITA A DIFERIR

a) Receita a Diferir – Pátios e Terminais

A conta Receita a Diferir – Pátios e Terminais expressa os valores contratados, conforme contratos de Permissão para Uso dos Pátios e Terminais da VALEC. Como são de longo prazo (15 anos), em atendimento ao regime de competência, os contratos são reconhecidos como Receita a Diferir, no passivo, para diferimento mensal no resultado (receita operacional) conforme o prazo contratual.

Até o 2º trimestre de 2022, as contas de Receita a Diferir – Pátios e Terminais, de curto e longo prazo, apresentaram os seguintes movimentos:

RECEITA A DIFERIR – PÁTIOS E TERMINAIS		30/06/2022	31/12/2021
Saldo anterior		36.363.102	25.642.834
Novas permissões		8.948.550	13.410.002
Reconhecimento da receita		(1.766.899)	(2.689.734)
TOTAL		43.544.753	36.363.102
Receita a Diferir Pátios e Terminais – Circulante		3.395.129	3.031.892
Receita a Diferir Pátios e Terminais – Não Circulante		40.149.624	33.331.210
SALDO DE RECEITA A DIFERIR POR CONTRATOS	PRAZO A DIFERIR (MESES)	30/06/2022	31/12/2021
Agrex do Brasil S.A. 26/2012	63	1.348.978	1.475.444
Agrex do Brasil S.A. 16/2005	4	194.444	427.778
Bunge Alimentos S.A. 12/1999	90	1.646.027	1.755.762
Cargill Agrícola S.A. 01/2000	92	1.608.285	1.713.173
Norship Participações e Representações Comerciais LTDA 11/2011	45	116.359	131.873
Nova Agri - Estrutura de Armazenagem e Escoamento S.A. 40/2008	24	44.751	55.938
Nova Agri - Estrutura de Armazenagem e Escoamento S.A. 07/2011	46	133.071	150.427
Nova Agri - Estrutura de Armazenagem e Escoamento S.A. 25/2012	63	700.002	766.669
Consórcio Pedro Afonso – Bunge S.A. 38/2010	35	59.581	69.512
Consórcio Pedro Afonso – Bunge S.A. 39/2010	35	59.581	69.512
Petrobras Distribuidora S.A. 08/2011	46	414.256	468.289
Porto Seco Centro Oeste S.A. 13/2016	287	7.653.333	7.813.333
Raízen Combustíveis S.A. 10/2011	45	258.111	291.778
TDC - Distribuidora de Combustíveis S.A. 01/2016	284	7.967.778	8.136.111
Terminal VLI Porto Franco S.A. 19/2021	169	12.590.503	13.037.503

TOTAL	43.544.753	36.363.102
--------------	-------------------	-------------------

Além dos contratos acima evidenciados, a VALEC possui o Termo de Permissão Especial de Uso nº 1/2020 firmado com a empresa ADM do Brasil Ltda, destinado ao acesso ao Polo de Cargas de Porto Franco/MA para operação de equipamentos de transbordo de graneis sólidos agrícolas e derivados, o prazo inicial da permissão é de 15 (quinze) anos, prorrogável por igual período, sendo livre a revogação do instrumento. As receitas relativas ao presente Termo de Permissão são calculadas de acordo com a movimentação realizada em cada período, sendo, portanto, variáveis.

b) Receita e Diferir – Subconcessão – FIOL I

O trecho da Ferrovia de Integração Oeste Leste, denominado FIOL I, compreendido entre os municípios de Ilhéus/BA e Caetité/BA foi subconcedido à Bahia Ferrovias S/A em um período de 35 anos. O Contrato foi assinado em 03 de setembro de 2021, no valor de R\$ R\$ 32,7 milhões de reais.

Por ser um contrato de longo prazo, em atendimento ao regime de competência, o valor contratual foi registrado no passivo como Receita a Diferir – Subconcessão FIOL I e será diferido no resultado mensalmente pelo prazo contratual.

Até o 2º trimestre de 2022, as contas de Receita a Diferir – Subconcessão FIOL I, de curto e longo prazo, apresentaram os seguintes movimentos:

RECEITA A DIFERIR – SUBCONCESSÃO FIOL I	30/06/2022	31/12/2021
Saldo anterior	32.184.500	0
Valor Contratual	0	32.730.000
Reconhecimento da receita	(1.091.000)	(545.500)
TOTAL	31.093.500	32.184.500
Receita a Diferir Subconcessão FIOL I – Circulante	2.182.000	2.182.000
Receita a Diferir Subconcessão FIOL I – Não Circulante	28.911.500	30.002.500

NOTA 14 – PASSIVO INVESTIMENTO CRUZADO

A Lei nº 13.448/2017 trouxe como inovação no ordenamento jurídico a possibilidade de realização de investimentos em malhas ferroviárias distintas como contrapartida às prorrogações de contratos de concessão, onde configura-se obrigações de fazer, impostas como contrapartida à celebração de um contrato de concessão, em substituição à obrigação de pagar o correspondente valor de outorga.

Como os investimentos cruzados são aqueles realizados sobre malha alheia, diferentemente do investimento ordinário em contratos de concessão, pressupõe-se uma relação trilateral. No caso, conforme descrito na Nota 1-IV, envolve a União, como poder concedente; a Vale S/A, como concessionária da Ferrovia Vitória Minas; e a VALEC como concessionária da Ferrovia de Integração Oeste Leste e da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, como titular dos projetos a serem executados.

A relação tripartite requer uma série de especificidades, dentre elas destaca-se necessidade de um crédito em favor da União (enquanto titular do direito à contrapartida exigida da Vale S/A por ocasião da Prorrogação Antecipada da Ferrovia Vitória Minas), contra a VALEC (beneficiária-final dos Investimentos Cruzados empreendidos pela Vale S/A). Está sendo discutido com o Ministério da Infraestrutura, Coordenação de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional e a Coordenação de Participações Societária do Tesouro Nacional uma forma de internalização na VALEC do direito de receber da Vale S/A, se por meio de aumento de capital social ou por outro meio.

No entanto, enquanto não houver um entendimento em comum (discussões e estudos em andamento), mas com custos já efetuados, a VALEC está contabilizando como um ativo e um passivo sem que interfira no orçamento e nem nas contas de resultado, até que seja concluído os estudos e todos os órgãos envolvidos estejam de acordo. Assim, a VALEC reconheceu no Ativo Imobilizado até o 2º trimestre de 2022 o total de R\$ 458,43 milhões no âmbito do Investimento Cruzado, conforme Nota 8-IV, como contrapartida a presente conta de passivo.

NOTA 15 – DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

O Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, o qual é reconhecido inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e ajustado pela taxa dos respectivos contratos; e um passivo de arrendamento que representa sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento, mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos.

A VALEC realiza periodicamente a análise de seus contratos de locação vigentes para identificar quais se enquadram no alcance do referido normativo contábil. Atualmente são contabilizados como Direito de Uso e Passivos de Arrendamentos os contratos de locação de imóveis e veículos, com período contratual superior a 12 meses, considerando a possibilidade de renovação, que obedecem aos critérios para mensuração, reconhecimento e registro de contratos de arrendamento.

A conta “Direito de Uso de Veículos” trata-se de direitos estabelecidos em contratos de locação de veículos para utilização na sede e nos trechos em obras da VALEC. A referida conta era composta apenas pelo Contrato nº 04/2022, com a vigência de 12 meses. Entretanto, conforme Despacho nº 531/2022/GEADM-VALEC/SUADM-VALEC/DIRAF-VALEC, verificou-se que não há razoável certeza de prorrogação do referido contrato. Sendo assim, de acordo com o CPC 06 (R2), não há a obrigatoriedade de contabilizá-lo e por esse motivo efetuou-se a baixa dos respectivos valores.

Já a conta “Direito de Uso de Imóvel” trata-se de direitos com origem em contratos de locação de imóveis que, após análise nos contratos, verificou-se que somente o contrato de locação do imóvel onde se encontra a sede da empresa preenche os requisitos estabelecidos no CPC 06 (R2).

Para atender ao previsto no CPC 06 (R2), no que diz respeito a contabilização dos valores contratuais a valor presente, bem como o reconhecimento dos juros decorrentes de tal operação, foram realizados ajustes na contabilização que ocasionaram em lançamentos de baixa no ativo e passivo correspondentes bem como na incorporação da conta redutora do passivo “Juros a transcorrer”.

Considerando que o recurso disponibilizado à VALEC tem como fonte o Tesouro Nacional, a taxa de desconto definida para o cálculo de valor presente dos contratos em questão foi a SELIC, visto que seria a taxa empregada no caso de uma captação de recursos (taxa incremental).

A rubrica “Direito de uso”, também evidenciada na Nota 8, apresentou a seguinte movimentação até o 2º trimestre de 2022:

DIREITO DE USO	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	BAIXAS CONTR./ PAGAMENTOS	AJUSTES/ AJUSTES A VP	SALDO EM 30/06/2022
Direito de Uso de Veículos	2.700.800	2.387.514	(2.700.800)	(2.387.514)	0
Direito de Uso de Imóveis	54.506.527	0	(1.392.299)	(39.158.621)	13.955.607
Total Direito de Uso	57.207.327	2.387.514	(4.093.099)	(41.546.135)	13.955.607
Depreciação Direito de Uso de Veículos	(979.500)	(74.347)	0	1.053.847	0
Depreciação Direito de Uso de Imóveis	(34.556.527)	(774.508)	0	34.106.527	(1.224.508)
Total Depreciação Direito de Uso	(35.536.027)	(848.855)	0	35.160.374	(1.224.508)
TOTAL LÍQUIDO DIREITO DE USO	21.671.300	1.538.659	(4.093.099)	(6.385.760)	12.731.099

As obrigações contratuais a pagar referente a contratos de locação de veículos e imóveis classificados como contratos de arrendamentos como base na vigência do contrato, bem como os juros a transcorrer decorrentes da operação, em conformidade com o CPC 06 (R2), apresentaram a seguinte movimentação até o 2º trimestre de 2022:

PASSIVO DE ARRENDAMENTO	SALDO EM 31/12/2021	ENTRADAS	AJUSTES / TRANSFERÊNCIAS	PAGAMENTOS EFETUADOS	SALDO EM 30/06/2022
Passivo de Arrendamento de Veículos	1.721.300	740.561	(2.387.514)	(74.347)	0
Passivo de Arrendamento de Imóveis	19.950.000	0	0	(1.750.000)	18.200.000
TOTAL DE PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	21.671.300	740.561	(2.387.514)	(1.824.347)	18.200.000
Passivo de Arrendamento Circulante	4.721.400				4.200.000

Passivo de Arrendamento Não Circulante	16.949.900				14.000.000
JUROS A TRANSCORRER (REDUTORA)	0	(697.604)	(3.904.490)	357.701	(4.244.393)
Juros a Transcorrer Circulante	0	(157.478)	(1.179.699)	357.701	(979.475)
Juros a Transcorrer Não Circulante	0	(540.127)	(2.724.791)	0	(3.264.918)
Passivo de Arrendamento Líquido Circulante	4.721.400				3.220.525
Passivo de Arrendamento Líquido Não Circulante	16.949.900				10.735.082
PASSIVO DE ARRENDAMENTO LÍQUIDO TOTAL	21.671.300	42.957	(6.292.004)	(1.466.646)	13.955.607

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, após a integralização de capital, conforme Ata da 34ª Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2022, totaliza R\$ 23,52 bilhões e é composto de 8.090.009 ações ordinárias, sem valor nominal, no qual a União é detentora de 100% dessas ações.

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Os Adiantamentos para futuros aumentos de capital são compostos de recursos, oriundos do Orçamento Geral da União, nos exercícios de 2021 a 2022, na categoria Investimento, e sua utilização destinou-se à construção das Ferrovias Norte-Sul EF-151, Extensão Sul, Ferrovia Integração Oeste-Leste EF-334 (FIOL) e Ferrovia Integração Centro-Oeste EF-354 (FICO).

Conforme o Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016, a atualização monetária pela taxa SELIC não incide mais sobre os valores aportados a partir de 01 de janeiro de 2017.

A movimentação de AFAC, até o 2º trimestre de 2022, foi:

AFAC – PL	30/06/2022	31/12/2021
Saldo anterior	1.288.641.343	903.489.907
Ingressos	125.817.833	387.808.679
Integralização	(1.284.047.034)	0
Devolução de AFAC	0	(2.657.243)
TOTAL AFAC Patrimônio Líquido	130.412.142	1.288.641.343
FORMAÇÃO DO SALDO DO AFAC		
Recursos recebidos em 2021		4.594.309
Recursos recebidos em 2022		125.817.833
TOTAL AFAC EM 30/06/2022		130.412.142

O saldo de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital acumulado até 30 de junho de 2022 soma R\$ 130,41 milhões.

c) Prejuízos Acumulados

O Prejuízo Acumulado no valor de R\$ 21,45 bilhões decorre das depreciações dos bens patrimoniais e amortizações dos bens intangíveis; dos efeitos inflacionários da atualização monetária dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital; da constituição de provisões e atualizações monetárias; do resultado negativo da equivalência patrimonial sobre o investimento na Transnordestina Logística S/A; da baixa de ativos imobilizados em decorrência da conclusão de Tomadas de Contas Especiais do TCU; e principalmente, pela provisão de perda ao valor recuperável dos ativos da Ferrovia Norte Sul e da Ferrovia de Integração Oeste Leste.

O valor total da provisão para perda ao valor recuperável de ativos – FNS é de R\$ 11,3 bilhões, sendo que R\$ 2,3 bilhões foram provisionados em exercícios anteriores a 2019, por se tratar do Trecho da Ferrovia Norte-Sul subconcedido em 2007 para a empresa FNS S/A, R\$ 8,9 bilhões foram provisionados no exercício de 2019, por ocasião da subconcessão à Rumo Malha Central S/A ocorrida em julho de 2019, R\$ 42,4 milhões, referente a entrada de custos Ferrovia Norte Sul, foram provisionados no exercício de 2020 e R\$ 15,03 milhões referente a entrada de custos Ferrovia Norte Sul, foram provisionados no exercício de 2021.

O valor total da provisão para perda ao valor recuperável de ativos – FIOL é de R\$ 3,21 bilhões, sendo provisionados R\$ 3,19 bilhões em 2019 (reapresentado), R\$ 54,8 milhões em 2020 e R\$ 20,77 milhões revertidos em 2021.

NOTA 17 – RECEITAS LÍQUIDAS

As receitas operacionais da VALEC compreendem as receitas de exploração da ferrovia, receita de Subconcessão bem como as receitas de permissões de uso de pátios. A receita líquida realizada, até o 2º trimestre de 2022, foi de R\$ 3,10 milhões.

RECEITAS LÍQUIDAS	30/06/2022	30/06/2021
Exploração de ferrovia	16.538	110.877
Receita com Subconcessão FIOL	1.091.000	0
Permissão de uso de pátios	2.141.455	1.196.191
Dedução de receita (-)	(143.661)	(163.240)
TOTAL	3.105.332	1.143.828

As receitas de exploração de ferrovia correspondem às receitas alternativas advindas dos royalties das ferrovias.

A receita com Subconcessão FIOL corresponde aos valores apropriados mensalmente relativos ao diferimento da receita contratual de subconcessão do trecho FIOL I, conforme Nota 13b.

As receitas de Permissão de uso de pátios referem-se aos valores apropriados mensalmente relativos ao diferimento da receita dos contratos de Permissão para Uso dos Pátios e Terminais da VALEC, conforme Nota 13a. Estas receitas abrangem também as receitas variáveis dos referidos contratos.

As deduções das receitas são resultantes da apuração do PIS e CONFINS sobre o total das receitas auferidas no mês, conforme Nota 4b.1. Ressalta-se que é utilizado o regime de caixa para tal apuração.

NOTA 18 - DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal, incluindo remuneração, encargos e benefícios totalizaram, até o 2º trimestre de 2022, R\$ 61,87 milhões:

DESPESAS COM PESSOAL	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração (Salários, gratificações, 13º salário e férias)	(41.362.727)	(38.779.939)
Encargos Sociais (INSS, FGTS e Prev. Complementar)	(13.674.621)	(14.242.464)
Benefícios (transporte, creche, saúde e alimentação)	(6.841.022)	(5.039.645)
Total das Despesas com Pessoal	(61.878.370)	(58.062.048)
Quantidade de Funcionários	602	664

b) Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram o valor de R\$ 12,43 milhões:

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	30/06/2022	30/06/2021
Custa judiciais	(185.185)	(3.341.304)
Material de Expediente e Combustíveis	(121.447)	(122.311)
Assessoria, Consultoria, Locação de mão-de-obra, limpeza e vigilância	(9.747.465)	(11.184.762)
Locação de Imóveis e Equipamentos	(2.154.740)	(619.150)
Energia, Água e Telecomunicações	(125.263)	(137.047)
Impostos e Taxas	(25.848)	(305.832)
TOTAL	(12.359.948)	(15.710.406)

As despesas de Locação foram sensibilizadas pela adoção do CPC – 06 (R2), conforme Nota 15.

As despesas de Custas Judiciais foram sensibilizadas devido à reclassificação dos valores relativos às sentenças Judiciais – Ativo Civil RGPS, parte como “Despesa com Pessoal”, referente às remunerações estabelecidas judicialmente, parte como “Outras despesas” compondo a rubrica “Provisão/Reversão para Contingências”. Além disso, houve a reclassificação dos valores relativos a “Sentenças judiciais – serviços de terceiros PF” para a “Despesa Financeira”, considerando que se trata de atualização monetária dos Precatórios de Terceiros.

NOTA 19 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras Receitas/Despesas Operacionais” apresentou o valor de R\$ 39,32 milhões e compreende as provisões para contingências e suas reversões, Termo de Execução Descentralizada (TED), baixa de depósitos retidos de fornecedores, doações/transferências recebidas, multas administrativas, baixa de ativos imobilizados e intangíveis e resultado da equivalência patrimonial sobre o investimento da VALEC em outra companhia.

OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS	30/06/2022	30/06/2021
Provisão para Contingências (Nota 11b)	(3.869.105)	(45.591.521)
Sentenças Judiciais – Ativo Civil RGPS	(3.455.487)	0
Reversão de provisões para contingências (Nota 11b)	51.628.968	0
Termo de Execução Descentralizada (TED) (Nota 4c1)	891.161	868.934
Baixa de passivos (desapropriação, fornecedores e depósitos retidos de fornecedores)	44.355	2.314
Baixa de Passivo relativo a contratos de arrendamento (Nota 15)	1.721.299	0
Incorporação de passivo redutor Juros a transcorrer relativo a contratos de arrendamento (Nota 15)	3.904.489	0
Multas administrativas (Nota 4c2)	152.497	0
Restituições	112.430	1.844.165
Imposto a Recuperar (PIS e COFINS)	368.152	365.849
Baixa de Tributos a recuperar/compensar	(330.425)	0
Baixa de Ativos – Imobilizado e Intangível (Nota 8)	(6.075.789)	(45.904)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(13.131.344)	(16.277.330)
TOTAL	31.961.201	(58.833.493)

NOTA 20 – RECEITAS FINANCEIRAS

RECEITAS FINANCEIRAS	30/06/2022	30/06/2021
Juros e Encargos de Mora sobre Receitas	18.443	0
Atualização Monetária dos Contratos de Permissão de Uso de Pátios (Nota 6)	3.590.638	3.461.839
TOTAL	3.609.081	3.461.839

As receitas financeiras da VALEC reconhecidas são providas das atualizações monetárias sobre os direitos a receber dos Contratos de Permissões de Uso de Pátios, bem como juros de mora por recebimento de receitas em atraso.

NOTA 21 – SUBVENÇÃO DO TESOUREIRO NACIONAL – REPASSE PARA CUSTEIO E PESSOAL

A subvenção para custeio e pessoal repassada à VALEC pela Secretaria do Tesouro Nacional totalizou, no 2º trimestre de 2022, R\$ 74,99 milhões.

EMPRESA	PESSOAL	CUSTEIO	30/06/2022	30/06/2021
VALEC	52.040.365	11.906.596	63.946.961	60.685.121
Extinta RFFSA	8.369.911	644.990	9.014.901	12.263.894
Extinto GEIPOP	1.905.374	127.971	2.033.345	2.892.174
Total Geral	62.315.650	12.679.557	74.995.207	75.841.189

NOTA 22 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

Até o 2º trimestre de 2022, a VALEC apresentou um resultado positivo de 40,19 milhões, influenciado principalmente pela reversão de provisões para contingências judiciais.

NOTA 23 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações complementares são informações que não são apresentadas nas demonstrações contábeis, mas que são consideradas relevantes para divulgação.

I - Transações com partes relacionadas

a) Remuneração de Diretores, Empregados e Comissionados

As remunerações médias pagas aos diretores, aos empregados e aos comissionados, em junho de 2022, foram de:

REMUNERAÇÃO	MAIOR	MENOR	MÉDIA
Diretores	26.243	26.008	26.067
Empregados	30.535	3.145	9.544
Comissionados	23.450	4.324	13.772

O total da remuneração dos administradores na Demonstração do Resultado do Exercício, no valor de R\$ 774 mil, contempla a remuneração paga aos diretores e conselheiros.

b) Recursos Recebidos para Pagamento de Investimento, Pessoal e Custeio

Os recursos recebidos da União (Cotas Financeiras Recebidas e Cotas Financeiras de Restos a Pagar Recebidas), até o 2º trimestre de 2022, para pagamentos de investimentos, despesas com pessoal e custeio estão descritos abaixo:

Recursos recebidos para pagamento de investimento, pessoal e custeio	30/06/2022	30/06/2021
Custeio	12.679.557	19.658.639
Pessoal	62.315.650	56.182.550
Investimento	125.572.386	167.934.090
TOTAL GERAL	200.567.593	243.775.279

c) Aplicação dos Recursos

Por meio da Dotação Orçamentária de 2022, com base no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), foram aplicados os seguintes recursos até o 2º trimestre de 2022:

LOA	DOTAÇÃO 2022	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
Custeio	46.613.548	28.493.497	7.477.238	7.066.485
Pessoal e encargos	117.180.060	111.704.759	59.569.149	52.831.003
Investimento	312.500.397	266.900.396	7.598.669	7.269.595
TOTAL GERAL	476.294.005	407.098.652	74.645.056	67.167.083

Até o 2º trimestre de 2022, os recursos aplicados, segundo o SIOP, provindos de Restos a Pagar (RP), foram:

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR	LIQUIDADADO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	LIQUIDADADO NO EXERCÍCIO	CANCELADOS	PAGOS
Custeio	35.565.042	399.245	12.659.859	5.049.394	12.923.440
Pessoal e encargos	9.467.091	6.279.624	615.776	2.571.691	6.807.504
Investimento	308.415.842	30.544.522	113.720.269	11.949.663	112.878.724
TOTAL GERAL	353.447.975	37.223.391	126.995.904	19.570.748	132.609.668

NOTA 24 – CONCILIAÇÃO ENTRE A LEI Nº 6.404/76 E A LEI Nº 4.320/64 (NOTA NÃO AUDITADA)

De acordo com o Acórdão nº 2016/2006 do Tribunal de Contas Da União, apresenta-se o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados comparativos entre a contabilização conforme preceitos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, aplicadas às empresas sociedades anônimas e a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, aplicada ao setor público.

Conforme divulgado na Nota 2e, os registros contábeis da empresa são realizados por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) conforme as normas aplicadas à contabilidade do Setor Público e, posteriormente, são conciliados para atender às normas aplicadas à Contabilidade Societária. A conciliação é realizada “off-book”, por meio de planilhas de Excel, e é necessária devido às diferenças temporais e normativas entre contabilidade pública e societária.

Os dados para a elaboração das demonstrações conforme a Lei 4.320/64 foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal -SIAFI.

A conciliação apresentada nos itens (i) Ativo; (ii) Passivo; e (iii) Demonstração do Resultado do Exercício possui as seguintes características:

- a) Tempestivas, que foram registradas no SIAFI em momento posterior ao de competência: referências (2), (3), (9), (10), (11), (12) e (13);
- b) Normativas, que correspondem a diferenças entre contabilidade pública e societária: referências: (1), (4), (5), (6), (7) e (8).

I – ATIVO

ATIVO	SOCIETÁRIA 30/06/2022	SIAFI 30/06/2022	DIFERENÇA
ATIVO CIRCULANTE	86.712.609	83.839.908	2.872.702
Disponível	63.983.402	63.983.402	-
Conta Vinculada	63.983.402	63.983.402	-
Direitos Realizáveis	22.729.207	19.856.506	2.872.702
Adiantamentos Concedidos	3.064.843	3.064.843	-
Permissões p/uso de pátios a receber	2.872.702	-	2.872.702 (1)
Créditos tributários e previdenciários a compensar	1.667.681	1.667.681	-
Outros Créditos a Receber	27.506.802	27.506.802	-
Ajuste p/ Perda Demais Créditos	(12.382.821)	(12.382.821)	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	4.635.253.043	4.556.110.685	79.142.359
Realizável a Longo Prazo	140.922.084	89.308.456	51.613.628
Depósitos de Cauções	429.203	429.203	-
Depósitos Judiciais	88.848.858	88.848.858	-
Permissões p/uso de pátios a receber	51.613.627	-	51.613.627 (1)
Valores a Receber (Assist. Médica- Geipot)	30.396	30.396	-
Investimentos	908.720.053	916.087.275	(7.367.222)
Participação Societária - MEP	908.693.775	916.060.997	(7.367.222) (2)
Participação Societária - CUSTO	26.278	26.278	-
Imobilizado	3.583.766.138	3.548.870.185	34.895.953
Terrenos	412.471.934	412.471.934	-
Geral	8.039.605	8.039.605	-
Bens Imóveis	2.196.421	2.196.421	-
Bens Móveis	39.311.120	39.311.120	-
(Depreciações Acumuladas -Bens Imóveis)	(2.037.766)	(2.037.766)	-
(Depreciações Acumuladas -Bens Móveis)	(31.395.197)	(31.395.197)	-
(Redução ao Valor Recuperável - Bens Móveis)	(34.974)	(34.974)	-
FIOL - Ferrovia de Integração Oeste Leste	2.940.544.976	2.918.576.700	21.968.275
Implantação de Ferrovias - FIOL	2.245.534.867	2.245.534.867	-
Estudos e Projetos - FIOL	929.968	929.968	-
Impl. De Ferrovias - Investimento Cruzado - FIOL	412.707.985	390.739.710	21.968.275 (3)
Ativos de Concessão Imóveis - FIOLI	3.498.893.434	3.498.893.434	-
(Redução ao Valor Recuperável -FIOLI)	(3.217.521.279)	(3.217.521.279)	-
Outros	209.978.524	209.781.945	196.579
Implantação de Ferrovias - FICO	2.106.194	2.106.194	-
Impl. De Ferrovias - Investimento Cruzado - FICO	42.905.194	42.708.615	196.579 (3)
Estudos e Projetos - Outros	157.314.016	157.314.016	-
Ativo de Concessão Imóveis - Pátios	9.009.461	9.009.461	-
(Depreciações Acumuladas - Pátios)	(1.356.341)	(1.356.341)	-
Direito de Uso	12.731.099	-	12.731.099
Direito de Uso de Veículos e Imóveis	13.955.607	-	13.955.607 (4)
(Depreciação Acumulada - Direito de Uso)	(1.224.508)	-	(1.224.508) (4)
Intangível	1.844.769	1.844.768	-
Direito de uso de Comunicação	139.790	139.790	-
Software	11.731.207	11.731.207	-
(Amortizações Acumuladas)	(10.026.229)	(10.026.229)	-
TOTAL DO ATIVO	4.721.965.653	4.639.950.593	82.015.060

II – PASSIVO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SOCIETÁRIA 30/06/2022	SIAFI 30/06/2022	DIFERENÇA
PASSIVO CIRCULANTE	108.383.575	99.585.921	8.797.654
Fornecedores	669.059	669.059	-
13º salário e férias c/ encargos a pagar	14.893.454	14.893.454	-
Salários a pagar	6.250.033	6.250.033	-
Encargos a pagar	298.389	298.389	-
Tributos retidos a recolher	331.103	331.103	-
Receita a diferir - Subconcessão FIOF	2.182.000	-	2.182.000 (5)
Receita a diferir - Pátios e Terminais	3.395.129	-	3.395.129 (1)
Retenções s/ salários a pagar	664.967	664.967	-
Precatórios de Terceiros	709.295	709.295	-
Provisões para Contingências Judiciais	75.769.622	75.769.622	-
Passivo de Arrendamento	3.220.525	-	3.220.525 (4)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.417.051.767	1.878.828.843	538.222.923
Fornecedores	3.077.451	3.077.451	-
Depósitos retidos sobre fornecedores	27.162.101	27.162.101	-
Provisões para Contingências Judiciais	1.848.033.435	1.848.033.435	-
Depósitos de Cauções	429.203	429.203	-
Precatórios de Terceiros	126.654	126.654	-
Receita a diferir - Subconcessão FIOF	28.911.500	-	28.911.500 (5)
Receita a diferir - Pátios e Terminais	40.149.624	-	40.149.624 (1)
Passivo - Investimento Cruzado	458.426.716	-	458.426.716 (6)
Passivo de Arrendamento	10.735.082	-	10.735.082 (4)
TOTAL DO PASSIVO	2.525.435.342	1.978.414.765	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.196.530.311	2.661.535.828	(465.005.517)
Capital Social	23.517.549.307	23.517.549.307	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	130.412.142	130.412.142	-
Prejuízos Acumulados	(21.451.431.138)	(20.986.425.621)	(465.005.517) (7)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.721.965.653	4.639.950.593	82.015.061

III – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO	SOCIETÁRIA 01/01/2022 a 30/06/2022	SIAFI 01/01/2022 a 30/06/2022	DIFERENÇA
RECEITAS			
Receita de Exploração da Ferrovia	16.538	1.078.535	(1.061.996) (1)
Receita com Subconcessão FIOF	1.091.000	-	1.091.000 (5)
Permissão para uso de pátios	2.141.455	-	2.141.455 (1)
(-) Deduções de Receita	(143.661)	-	(143.661) (8)
			-
RECEITAS LÍQUIDAS	3.105.332	1.078.535	2.026.797
			-
DESPESAS OPERACIONAIS	(80.263.139)	(49.464.691)	(30.798.447)
Pessoal	(61.878.370)	(64.448.367)	2.569.997 (9)
Remuneração dos Administradores	(774.190)	(774.190)	-
Depreciação e Amortização	(4.003.488)	(3.228.979)	(774.508) (4)
Gerais e Administrativas	(12.359.948)	(12.717.649)	357.701 (4)
Diárias, Passagens e Despesas de Locomoção	(333.409)	(333.409)	-
Transferência Voluntária	(913.733)	(913.733)	-
Reversão da Provisão ao valor recuperável	-	32.951.637	(32.951.637) (10) e (11)
			-
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	31.961.201	(895.987.285)	927.948.487
Provisão/Reversão para Contingências	44.304.375	(1.056.619.351)	1.100.923.726 (12)
Outras receitas	7.194.385	13.192.021	(5.997.636) (4) e (8)
Receita referente a Investimento Cruzado	-	171.830.805	(171.830.805) (6)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(13.131.344)	(11.464.511)	(1.666.833) (13)
Baixa de Ativos - Imobilizado e Intangível	(6.075.789)	(12.595.824)	6.520.035 (4) e (11)
Baixa de Ativos - Tributos a recuperar/compensar	(330.425)	(330.425)	-
			-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(45.196.605)	(944.373.442)	899.176.837
			-
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	3.032.449	422.084	2.610.365
Receita Financeira	3.609.081	641.015	2.968.066 (1)
Despesa Financeira	(576.632)	(218.931)	(357.701) (4)
			-
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL	(42.164.155)	(943.951.358)	901.787.203
			-
SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL	74.995.207	74.995.207	-
Repasse de Custeio/Pessoal	74.995.207	74.995.207	-
			-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/LUCRO (IR/CSLL)	32.831.052	(868.956.151)	901.787.203
			-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32.831.052	(868.956.151)	901.787.203
Lucro/Prejuízo por ação (em reais)	4,06	(107,41)	111,47

- (1) As permissões de uso de pátios e terminais são registradas na contabilidade societária pelo regime de competência, portanto, os direitos a receber sobre os contratos de permissões são contabilizados no ativo circulante e não circulante conforme o vencimento e são corrigidas monetariamente de acordo com as cláusulas contratuais. No SIAFI essas receitas são registradas somente no momento que são recebidas, já na contabilidade societária, observando-se o regime de competência, a receita é contabilizada no passivo circulante e não circulante, e será diferida durante todo o período contratual;
- (2) Os registros do resultado da equivalência patrimonial sobre o investimento na Transnordestina Logística S/A são registrados no SIAFI intempestivamente, visto que a coligada envia à VALEC suas demonstrações somente após serem auditadas. A diferença apresentada se refere ao resultado do 2º trimestre de 2022, o qual foi registrado no SIAFI apenas em agosto de 2022.
- (3) Foram realizados ajustes após conciliação das Notas Fiscais relacionadas ao Investimento Cruzado. No SIAFI o valor ajustado foi registrado em agosto de 2022, já na Societária a referida conciliação foi considerada em junho de 2022;
- (4) Conforme descrito na Nota 15, o CPC 06 (R2) estabelece que os contratos de aluguéis, que se enquadram nos requisitos estipulados naquele pronunciamento, deverão ser registrados como direitos de uso no ativo e passivos de arrendamentos no passivo, além de registrar a depreciação desses direitos. Na contabilidade aplicada ao setor público ainda não houve alterações na contabilização dos contratos de aluguéis, os quais continuam sendo registrados como despesas de locações;

- (5) A receita decorrente da Subconcessão da FIOL I foi registrada no SIAFI quando foi recebida. Já na contabilidade societária, observando-se o regime de competência, a receita foi contabilizada no passivo circulante e não circulante, e será diferida durante todo o período contratual;
- (6) Conforme descrito na Nota 14, a contabilização do investimento cruzado ainda está em discussão. No entanto, por orientação da CCONT/STN foi registrado no SIAFI em conta de resultado como outras receitas. Já o entendimento da VALEC é que, enquanto não se define a metodologia, deverá ser registrado como um passivo, o que não interfere no resultado da empresa;
- (7) Considerando que parte das diferenças apontadas afetam diretamente o resultado do exercício, consequentemente o saldo Prejuízos Acumulados reconhecido no SIAFI apresenta-se diferente do saldo apurado na Contabilidade Societária;
- (8) No SIAFI, o reconhecimento de crédito de PIS e COFINS é realizado pelo valor líquido. Já na Contabilidade Societária, são evidenciados os lançamentos de PIS e COFINS a recolher bem como os de PIS e COFINS a recuperar;
- (9) Devido a problemas na emissão do e-social referentes aos meses de novembro e dezembro de 2021, as despesas com INSS sobre a folha de pagamento desses respectivos períodos foram parcialmente registradas no SIAFI nas devidas competências, restando o valor de R\$ 2,5 milhões que foi registrado no SIAFI apenas em janeiro de 2022 quando foram concluídas as informações no e-social e efetivado os pagamentos;
- (10) Conforme explicitado na Nota 8, fez-se necessária a reversão de parte do valor provisionado relativo a FIOL I, totalizando R\$ 20,77 milhões. Entretanto, na data de encerramento do exercício de 2021, não havia evento ou situação disponível no SIAFI para realizar tal lançamento. O referido evento foi devidamente disponibilizado para o registro apenas em janeiro de 2022;
- (11) Ao final do exercício de 2021 foi identificada a possibilidade de baixa na conta “Depósitos Retidos de Fornecedores” e consequentemente a baixa dos ativos e redução a valor recuperável respectivos, no total de R\$ 12,5 milhões, referente a contratos já encerrados e com prazos decadenciais para reclamações administrativas já decorridos. Entretanto, no SIAFI os registros foram realizados parcialmente em dezembro/2021, ficando o restante para registrar apenas em janeiro de 2022, devido a problemas estruturais do sistema, corrigido posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional;
- (12) Reclassificação de risco e mensuração devido à mudança de metodologia, conforme descrito na Nota 11b, corrigida no SIAFI intempestivamente; e
- (13) Conforme explicitado no item 2, os registros do resultado da equivalência patrimonial sobre o investimento na Transnordestina Logística S/A são registrados no SIAFI intempestivamente, visto que a coligada envia à VALEC suas demonstrações somente após serem auditadas. A diferença apresentada se refere ao resultado do 4º trimestre de 2021, o qual foi registrado no SIAFI apenas em janeiro de 2022 e ao resultado do 2º trimestre de 2022, o qual foi registrado no SIAFI apenas em agosto de 2022.

Alex Augusto Sanches Trevizan

Diretor Presidente Interino

Leonardo Silva Maia

Gerente Contábil e Tributário

Contador – CRC/DF – 026984/O-3